Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I *Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade*

- * Regulamento (CE) n.º 477/95 do Conselho, de 16 de Janeiro de 1995, que altera as medidas *anti-dumping* definitivas aplicáveis às importações na Comunidade de ureia originária da ex-URSS e que revoga as medidas *anti-dumping* aplicáveis às importações na Comunidade de ureia originária da ex-Checoslováquia..... 1
- * Regulamento (CE) n.º 478/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que estabelece normas complementares de execução do Regulamento (CEE) n.º 404/93 do Conselho no que respeita ao regime de contingente pautal para as importações de bananas na Comunidade e que altera o Regulamento (CEE) n.º 1442/93 13
- * Regulamento (CE) n.º 479/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que estabelece medidas transitórias para a aplicação do regime do contingente pautal de importação de bananas durante o segundo trimestre de 1995, na sequência da adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia (!)..... 18
- * Regulamento (CE) n.º 480/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que fixa determinadas quantidades indicativas para a importação de bananas na Comunidade no segundo trimestre de 1995 (!) 20
- * Regulamento (CE) n.º 481/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que altera os Regulamentos (CEE) n.º 2699/93 e (CE) n.º 1559/94, na sequência da adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, no sector da carne de aves de capoeira 22
- * Regulamento (CE) n.º 482/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que o altera Regulamento (CE) n.º 1222/94, que estabelece, para certos produtos agrícolas exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo II do Tratado, as regras relativas à concessão das restituições à exportação e os critérios de fixação do seu montante 32

(!) Texto relevante para efeitos do EEE

Preço : 18 ECU

(Continua no verso da capa)

PT

Os actos cujos títulos são impressos em tipo fino são actos de gestão corrente adoptados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.

Os actos cujos títulos são impressos em tipo negro e precedidos de um asterisco são todos os restantes.

* Regulamento (CE) n.º 483/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que altera o Regulamento (CE) n.º 2814/94 que fixa o coeficiente uniforme de redução para a determinação da quantidade de bananas a atribuir aos operadores da categoria C no âmbito do contingente pautal para 1995 (¹)	33
* Regulamento (CE) n.º 484/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que altera o Regulamento (CE) n.º 2947/94, que fixa o coeficiente uniforme de redução para a determinação da quantidade de bananas a atribuir a cada operador das categorias A e B no âmbito do contingente pautal para 1995 (¹)	34
Regulamento (CE) n.º 485/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que altera o Regulamento (CE) n.º 1080/94 no que respeita à abertura de um concurso permanente para a exportação de centeio na posse do organismo de intervenção alemão ...	35
Regulamento (CE) n.º 486/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que altera o Regulamento (CE) n.º 2458/94, relativo à abertura de concursos permanentes para a venda de trigo mole panificável na posse dos organismos de intervenção francês e alemão, destinado à exportação para determinados países ACP durante a campanha de 1994/1995	37
Regulamento (CE) n.º 487/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1077/94 e (CE) n.º 1078/94, relativos à abertura de concursos permanentes para a exportação de trigo mole panificável armazenado, respectivamente, pelos organismos de intervenção francês e alemão	39
Regulamento (CE) n.º 488/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que altera os Regulamentos (CE) n.º 953/94, (CE) n.º 2162/94 e (CE) n.º 2477/94 relativos à abertura de concursos permanentes para a exportação de cevada armazenada, respectivamente, pelos organismos de intervenção alemão, francês e do Reino Unido	42
Regulamento (CE) n.º 489/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que altera o Regulamento (CE) n.º 2668/94 no que respeita à abertura de um concurso permanente para exportação para a Argélia de trigo duro na posse do organismo de intervenção italiano, sob a forma de sêmola de trigo duro	46
Regulamento (CE) n.º 490/95 da Comissão, de 1 de Março de 1995, que altera os Regulamentos (CE) n.º 953/94, (CE) n.º 1077/94, (CE) n.º 1078/94, (CE) n.º 1080/94, (CE) n.º 2162/94, (CE) n.º 2458/94, (CE) n.º 2477/94 e (CE) n.º 2668/94, relativos à abertura de concursos permanentes para a exportação de cereais detidos por determinados organismos de intervenção	48
* Regulamento (CE) n.º 491/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que altera os Regulamentos (CEE) n.º 3600/92 e (CE) n.º 933/94, nomeadamente no que se refere à integração das entidades públicas designadas e dos produtores da Áustria, da Finlândia e da Suécia na execução da primeira fase do programa de trabalho referido no n.º 2 do artigo 8.º da Directiva 91/414/CEE do Conselho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado ..	50
Regulamento (CE) n.º 492/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que fixa as taxas de conversão agrícolas	53
Regulamento (CE) n.º 493/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas	56

(¹) Texto relevante para efeitos do BEE

Regulamento (CE) n.º 494/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que fixa o montante da ajuda relativa ao algodão	58
Regulamento (CE) n.º 495/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que fixa os direitos niveladores à importação em relação ao açúcar branco e ao açúcar em bruto	59
Regulamento (CE) n.º 496/95 da Comissão, de 3 de Março de 1995, que altera o montante de base do direito nivelador à importação para os xaropes e alguns outros produtos do sector do açúcar	61

II *Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade*

Comissão

95/36/CE :

Decisão da Comissão, de 17 de Fevereiro de 1995, respeitante a certificados de importação em relação aos produtos do sector da carne de bovino originários do Botsuana, do Quênia, de Madagáscar, da Suazilândia, do Zimbábwe e da Namíbia ... 63

95/37/CE :

- * **Decisão da Comissão, de 17 de Fevereiro de 1995, que estabelece, para a Áustria e a Finlândia, para o período de 1995/1999, a lista das zonas rurais respeitantes ao objectivo n.º 5 b) tal como definido pelo Regulamento (CEE) n.º 2052/88 do Conselho (!)** 65

(!) Texto relevante para efeitos do EEE

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) Nº 477/95 DO CONSELHO

de 16 de Janeiro de 1995

que altera as medidas *anti-dumping* definitivas aplicáveis às importações na Comunidade de ureia originária da ex-URSS e que revoga as medidas *anti-dumping* aplicáveis às importações na Comunidade de ureia originária da ex-Checoslováquia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2423/88 do Conselho, de 11 de Julho de 1988, relativo à defesa contra as importações que são objecto de *dumping* ou de subvenções por parte de países não membros da Comunidade Económica Europeia⁽¹⁾, e, nomeadamente, os seus artigos 12º, 14º e 15º,

Tendo em conta a proposta apresentada pela Comissão após consulta do comité consultivo,

Considerando o seguinte :

A. PROCESSO

- (1) Pelo Regulamento (CEE) nº 3339/87⁽²⁾, o Conselho aceitou compromissos relativos às importações de ureia originárias, entre outros países, da URSS e da Checoslováquia.
- (2) A Decisão 89/143/CEE da Comissão⁽³⁾ veio confirmar os compromissos aceites pelo Regulamento (CEE) nº 3339/87.
- (3) Durante o ano de 1992, as informações de que a Comissão dispunha indicavam que as importações provenientes destes países excediam significativamente as quantidades previstas nos compromissos. Consequentemente, a Comissão considerou que se justificava um processo de reexame das medidas,

tendo para o efeito publicado um aviso no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*⁽⁴⁾.

- (4) Dado que o processo de reexame ainda se encontrava em curso no termo do prazo normal de caducidade das medidas, a Comissão, em conformidade com o disposto no nº 4 do artigo 15º⁽⁵⁾ do Regulamento (CEE) nº 2423/88, publicou um aviso em que anunciava que se mantinham em vigor as medidas relativas às importações de ureia originária da ex-URSS e da ex-Checoslováquia após o termo do período de cinco anos, enquanto se aguardava o resultado do reexame.
- (5) Os países abrangidos por este reexame são as novas repúblicas da ex-Checoslováquia, isto é, a República Checa e a República Eslovaca, e as repúblicas da ex-URSS nas quais existiam motivos para crer que dispunham de infra-estruturas de produção de ureia, designadamente, as Repúblicas da Bielorrússia, da Geórgia, do Tadjiquistão e do Usbequistão, a Federação Russa, (adiante designada « Rússia ») e a Ucrânia.
- (6) A Comissão notificou oficialmente o início do processo aos produtores, aos exportadores e aos importadores comunitários conhecidos como interessados, bem como aos representantes dos países exportadores, tendo dado às partes interessadas a possibilidade de apresentarem as suas observações por escrito e de solicitarem uma audição.
- (7) Foi concedida uma audição aos representantes da Associação Europeia dos Produtores de Adubos (adiante designada « EFMA »), que, além disso, apresentaram as suas observações por escrito.
- (8) Foi igualmente concedida uma audição aos representantes da Associação Europeia dos Importadores de Adubos (adiante designada « EFIA »), cujos membros importam ureia dos países em causa, que também comunicaram por escrito os seus pontos de vista.

⁽¹⁾ JO nº L 209 de 2. 8. 1988, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 522/94 (JO nº L 66 de 10. 3. 1994, p. 10).

⁽²⁾ JO nº L 317 de 7. 11. 1987, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 52 de 24. 2. 1989, p. 37.

⁽⁴⁾ JO nº C 87 de 27. 3. 1993, p. 7.

⁽⁵⁾ JO nº C 47 de 15. 2. 1994, p. 3.

(9) A Comissão procurou e verificou todas as informações que considerou necessárias para efeitos do seu inquérito e visitou as instalações das seguintes empresas :

a) *Produtores comunitários :*

- Hydro Agri GmbH, Brunsbuettel, Alemanha,
- Stickstoffwerke AG, Wittenberg-Piesteritz, Alemanha,
- Fertilizantes Enfersa, SA, Madrid, Espanha,
- FESA Fertilizantes Españoles, SA, Madrid, Espanha,
- Grande Paroisse SA, Paris, França,
- Irish Fertilizer Industry Ltd, Dublin, Irlanda,
- Enichem Agricoltura, SpA, Milão, Itália,
- DSM Meststoffen BV, Sittard, Países Baixos,
- Kemira BV, Roterdão, Países Baixos ;

b) *Produtor/exportador na República Checa :*

- Chemopetrol s.p., Litvinov ;

c) *Produtores/exportadores na República Eslovaca :*

- Duslo s.p., Sala (produtor/exportador),
- Petrimex Foreign Trade Company Ltd, Bratislava (exportador e antigo detentor do monopólio das exportações checoslovacas) ;

d) *Importadores na Comunidade :*

- Interore SA, Bruxelas, Bélgica,
- Unifert SA, Bruxelas, Bélgica,
- Champagne Fertilisants SA, Reims, França.

(10) A Comissão recebeu e utilizou as informações fornecidas por outros quatro outros produtores comunitários que haviam respondido ao questionário por ela enviado.

(11) No que se refere aos produtores da Bielorrússia, da Geórgia, da Rússia, do Tajiquistão, da Ucrânia e do Usbequistão, as informações fornecidas apontavam para um total de 24 unidades de produção que alegadamente produziam ureia nestes países. Foram enviados questionários para a obtenção de informações a todos esses produtores. Todavia, apenas foram recebidas três respostas, duas das quais de produtores estabelecidos na Rússia que declararam não ter exportado ureia para a Comunidade durante o período de inquérito. O terceiro produtor, o único fabricante de adubos conhecido da Geórgia, declarou ter cessado de produzir ureia alguns anos antes.

(12) O inquérito de *dumping* incidiu sobre o período compreendido entre 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 1992 (« período de inquérito »).

(13) Todas as partes em causa foram informadas dos principais factos e considerações com base nos quais se tencionava recomendar a adopção de medidas definitivas, tendo-lhes, além disso, sido concedido um prazo para apresentarem as suas

observações após a divulgação dos resultados do inquérito.

(14) Algumas das partes em causa declararam não ter recebido da Comissão informações suficientemente pormenorizadas sobre o cálculo das margens de *dumping* e os níveis de eliminação do prejuízo e que tal facto poderia afectar a sua capacidade de defesa dos respectivos interesses.

(15) No que se refere à divulgação dos resultados do inquérito, os exportadores foram informados pormenorizadamente no que respeita ao modo de cálculo das respectivas margens de *dumping* e à determinação dos níveis de eliminação do prejuízo. Por sua vez, os produtores comunitários foram pormenorizadamente informados dos preços médios de venda dos produtores comunitários, da subcotação, dos níveis de lucro e de eventuais níveis de eliminação do prejuízo determinados. Os importadores foram igualmente informados de todos os aspectos do inquérito, nomeadamente, dos motivos com base nos quais se tencionava recomendar a criação de direitos definitivos.

Por conseguinte, na perspectiva da Comissão, cada parte interessada recebeu, dentro dos limites impostos pelo artigo 8º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, todas as informações disponíveis necessárias para a protecção dos seus interesses e pertinentes para a sua defesa.

B. PRODUTO EM CAUSA

1. Descrição do produto

(16) O produto em causa é a ureia. A ureia é produzida a partir de amoníaco, que por sua vez é produzido essencialmente a partir de gás natural, embora também possa ser produzido a partir de produtos residuais da refinação do petróleo. No estado sólido, a ureia apresenta-se, quer na forma de pequenos « grânulos » (que possuem uma superfície irregular) quer de « esférulas » (igualmente de morfologia granular, mas com uma superfície lisa). A ureia no estado sólido também pode ser misturada com água, obtendo-se uma solução « aquosa » de ureia.

(17) A ureia granulada ou esferulada pode ser utilizada para fins agrícolas e industriais :

- a ureia para fins agrícolas pode ser utilizada, quer como adubo, que é espalhado no solo, quer como um aditivo na alimentação animal,
- a ureia para fins industriais (ou « técnica ») é uma matéria-prima utilizada no fabrico de determinadas colas e plásticos.

A solução aquosa de ureia pode ser utilizada quer como adubo quer para fins industriais. Apesar de a ureia se poder apresentar nas várias formas acima referidas, as suas propriedades químicas são essencialmente as mesmas, pelo que pode ser considerada, para os efeitos do presente processo, como um único produto.

2. Produto similar

- (18) Verificou-se que a ureia produzida e vendida pela indústria comunitária no mercado comunitário é um produto similar na acepção do disposto no nº 12 do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, atendendo às suas características físicas e técnicas, quando comparada com a ureia produzida pelos países implicados no presente processo.

C. INDÚSTRIA COMUNITÁRIA

- (19) O inquérito demonstrou que os produtores que colaboraram no inquérito representavam a produção total de ureia da Comunidade, podendo, consequentemente, em conformidade com o disposto no nº 5 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, ser considerados como constituindo a produção da comunidade.

D. DUMPING

1. República Checa e República Eslovaca

a) Generalidades

- (20) Na sequência da separação da Checoslováquia na República Checa e na República Eslovaca, no início de 1993, existe actualmente uma empresa produtora de ureia no território de cada um destes novos países.
- (21) A Checoslováquia e, mais tarde, a República Checa e a República Eslovaca, são, desde 1 de Março de 1992, consideradas como países de economia de mercado. Consequentemente, o valor normal foi determinado com base nos dados relativos aos preços de venda no mercado interno e aos custos de produção de cada produtor. Deve notar-se que, durante o período de inquérito, a Checoslováquia ainda não tinha dado origem a dois países independentes, pelo que qualquer referência a preços de venda « no mercado interno » no presente regulamento corresponde aos preços de venda na ex-Checoslováquia.
- (22) Dado ambos os países, durante o período de inquérito, se encontrarem numa fase de transição entre uma economia de planificação centralizada e uma economia de mercado, a questão de saber se os preços e custos dos produtores ainda eram influenciados por relações tradicionais entre empresas estatais mereceu uma atenção especial. Com efeito, tais relações poderiam ter dado origem a preços e custos que não poderiam ser considerados como verificados no decurso de operações comerciais normais, o que exigiria um ajustamento adequado

do valor normal. Todavia, no presente caso, a análise dos dados contabilísticos dos produtores em questão revelou que não era necessário proceder a qualquer ajustamento.

- (23) As duas empresas produtoras de ureia em causa haviam sempre mantido os seus próprios registos contabilísticos e organizado as suas próprias vendas de ureia no mercado interno. No que se refere às vendas para exportação, ainda antes da separação da Checoslováquia em duas repúblicas distintas, as duas empresas produtoras haviam sempre tido conhecimento do destino final das suas mercadorias, pelo que é possível determinar, separadamente para cada produtor, quer os preços no mercado interno da Checoslováquia quer os seus preços de exportação.

b) Valor normal

- (24) Em conformidade com o disposto no nº 3, alínea a), do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 2423/88, o valor normal foi determinado com base no preço efectivamente pago no decurso de operações comerciais normais respeitantes a vendas do produto similar no mercado interno, cuja quantidade era suficiente para permitir uma comparação adequada. A fim de determinar se tais vendas eram rentáveis, foram analisados os dados fornecidos relativamente ao custo da produção.

Contudo, em primeiro lugar, foi necessário determinar se os dados em questão eram fiáveis e conformes a padrões contabilísticos aceitáveis. O exame dos registos contabilísticos dos produtores checo e eslovaco demonstrou que os custos eram afectados a centros de custo e que, nomeadamente, se tinham em conta as amortizações, bem como os custos financeiros. No que se refere à compra de matérias-primas, verificou-se que o produtor eslovaco havia adquirido gás à Rússia a preços normais de mercado e que o produtor checo não havia utilizado gás natural como matéria-prima, mas resíduos da refinação de petróleo.

- (25) Foi estabelecido que os preços no mercado interno eram rentáveis. Consequentemente, o valor normal foi calculado com base na média ponderada dos preços líquidos das vendas no mercado interno, praticados por cada produtor de ureia esferulada para fins industriais e agrícolas, vendida no decurso de operações comerciais normais durante o ano de 1992.

c) Preço de exportação

- (26) No caso das vendas directas efectuadas pelos produtores checo e eslovaco a clientes da Comunidade, os preços de exportação foram determinados com base nos preços pagos ou a pagar ao produtor em causa.

(27) Para além de vendas directas à Comunidade, tanto o produtor checo como o produtor eslovaco efectuaram, durante o período de inquérito, algumas vendas para exportação para clientes comunitários através da antiga sociedade checoslovaca detentora do monopólio das exportações, a Petrimex Foreign Trade Company Ltd (seguidamente designada « Petrimex »). Nesses casos, o preço líquido a que as empresas produtoras venderam a ureia à Petrimex foi considerado o preço de exportação na acepção do nº 8, alínea a), do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, tendo em conta o facto de o destino final das mercadorias ser do conhecimento do produtor no momento da entrega do produto e de o valor normal ser determinado num estágio correspondente.

d) Comparação

(28) Em conformidade com o disposto no nº 10, alínea c), do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, sempre que tal se revelou adequado, foram efectuados ajustamentos relativamente ao valor normal e ao preço de exportação, a fim de ter em conta os encargos de venda directamente relacionadas e de permitir a sua comparação no mesmo estágio. Estes ajustamentos respeitavam ao transporte e despesas conexas, aos custos de embalagem e a comissões.

(29) Procedeu-se a uma comparação entre o valor normal (estádio à saída da fábrica) e o preço de exportação (estádio à saída da fábrica), numa base transacção a transacção.

e) Margens de dumping

(30) As margens de *dumping*, expressas em termos de percentagem do preço CIF, franco-fronteira comunitária, foram as seguintes:

- República Checa: Duslo s.p. 0,7 %,
- República Eslovaca: Chemopetrol s.p. 11,8 %.

2. Repúblicas da Bielorrússia, da Geórgia, da Rússia, do Tajiquistão, da Ucrânia e do Usbequistão

a) Generalidades

(31) Em virtude de a maioria dos produtores/exportadores de Bielorrússia, da Geórgia, da Rússia, do Tajiquistão, da Ucrânia e do Usbequistão não ter colaborado no inquérito, em conformidade com o disposto no nº 7, alínea b), do artigo 7º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, a questão do *dumping* foi examinada com base nos dados disponíveis.

(32) Para o efeito, considerou-se a hipótese de utilizar os dados do Eurostat para determinar os preços de exportação respeitantes a esses países. Contudo, levantou-se o problema de, anteriormente a Janeiro de 1992, apenas existir um código do Eurostat para

a URSS (incluindo os três Estados Bálticos da Estónia, Letónia e Lituânia). A partir de Janeiro de 1992, foram criados códigos distintos para estes Estados Bálticos, tendo as restantes repúblicas da ex-URSS continuado a ser consideradas em conjunto sob um único código.

Só em meados de 1992 foram criados códigos estatísticos distintos para as importações provenientes da Bielorrússia, da Geórgia, da Rússia, do Tajiquistão, da Ucrânia e do Usbequistão. Os dados do Eurostat disponíveis respeitantes ao segundo semestre de 1992 mostram que não foram efectuadas importações na Comunidade originárias da Bielorrússia, da Geórgia, do Tajiquistão e do Usbequistão (com excepção de uma quantidade negligenciável de 119 toneladas originárias da Bielorrússia).

(33) No decurso do inquérito, os produtores e os importadores da Comunidade declararam igualmente que a maior parte da ureia exportada da ex-URSS era de origem russa. Além disso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Usbequistão informou a Comissão de que nenhum dos produtores do país tinha exportado ureia para a Comunidade em 1992. No que respeita à Geórgia, tal como acima mencionado, o único produtor conhecido de ureia afirmou que havia cessado essa produção alguns anos antes.

(34) Por estes motivos e para efeitos do actual processo de reexame, concluiu-se que nenhuma das importações de ureia do código « URSS » da nomenclatura do Eurostat, efectuadas durante o primeiro semestre de 1992, deveria ser atribuída à Bielorrússia, à Geórgia, ao Tajiquistão ou ao Usbequistão. Consequentemente, estes quatro países devem ser excluídos do exame de *dumping*.

(35) No que respeita à determinação separada dos volumes das importações originárias da Rússia e da Ucrânia, ao volume das importações « URSS » durante a primeira metade de 1992 foram aplicadas as percentagens específicas das importações determinadas para estes dois países durante a segunda metade de 1992. Relativamente aos anos anteriores, aplicaram-se as mesmas percentagens dos volumes das importações originárias da Rússia e da Ucrânia determinadas para 1992.

b) Valor normal (Rússia e Ucrânia) — escolha do país análogo

(36) A fim de determinar o valor normal da ureia produzida na Rússia e na Ucrânia, teve-se em conta o facto de esses países não possuírem economias de mercado. Por conseguinte, em conformidade com o disposto no nº 5 do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, o valor normal teve de ser determinado com base nas condições de um país de economia de mercado (país « análogo »).

(37) No que se refere à escolha de um país análogo, a EFMA sugeriu a Austrália. Por outro lado, a EFIA levantou objecções a que se utilizasse qualquer país análogo, tendo proposto em vez disso que se utilizassem os custos efectivos dos países abrangidos pelo processo.

(38) Atendendo à falta de alternativas, foram estabelecidos contactos com o único produtor australiano de ureia, que concordou em colaborar no inquérito. Numa fase posterior do processo, a EFIA alegou que o Canadá seria um país análogo mais adequado, tendo facultado dados relativos à produção de ureia nesse país.

Todavia, dado que a sugestão de se utilizar o Canadá como país análogo surgiu bastante tarde e a fim de não prolongar indevidamente a duração do inquérito, foi decidido utilizar a Austrália como país análogo provisório.

(39) No entanto, o inquérito revelou que a Austrália não constituía a escolha de país análogo mais adequada, dada a sua posição isolada em relação aos mercados mundiais e o facto de os preços de venda no seu mercado interno serem mais elevados do que os praticados na Europa.

(40) Dado que a República Eslovaca já tinha sido objecto de inquérito e que os dados facultados pelo produtor já tinham sido verificados, considerou-se a hipótese de utilizar este país como país análogo.

(41) O inquérito havia revelado que o processo de produção do produtor eslovaco se baseava em gás natural, tal como o dos fabricantes russos e ucranianos. Além disso, o produtor eslovaco havia adquirido o seu gás à Rússia a preços normais de mercado. Atendendo igualmente ao facto de que os preços de venda eslovacos reflectiam os custos reais de produção em condições de economia de mercado e que se estava perante um mercado interno considerável, a República Eslovaca foi considerada um país análogo adequado para efeitos de determinação do valor normal para a Rússia e a Ucrânia.

(42) Algumas partes em causa levantaram objecções a esta escolha, tendo alegado que a Eslováquia não constituía uma escolha adequada em virtude do seu reduzido volume de produção em comparação com o da URSS. Além disso, devido à sua dependência do gás russo, foi alegado que os custos de produção não eram comparáveis. Todavia, o inquérito demonstrou que, apesar de a Rússia possuir uma grande capacidade de produção, o volume das suas exportações para a Comunidade era em grande medida idêntico ao nível de produção da Eslováquia. Por outro lado, o único produtor eslovaco adquiria à Rússia a matéria-prima de base — o gás natural — a preços de mercado. Por conseguinte, o requisito para a determinação do valor normal em condições de economia de mercado encontrava-se devidamente satisfeito.

Na sequência da comunicação a todas as partes interessadas dos principais factos e considerações com base nas quais se pretendia propor a adopção de medidas, as autoridades russas, embora admitindo a existência de similaridades entre o seu processo de produção de ureia e o do produtor eslovaco, sugeriram a utilização do Canadá como país análogo neste caso específico. Este pedido foi recebido numa fase muito tardia do processo, apesar do convite à apresentação de observações relativamente à selecção do país análogo contido no aviso de início do processo. Por conseguinte, pelos motivos acima referidos, considera-se que a República Eslovaca constitui um país análogo adequado.

c) *Valor normal (Rússia e Ucrânia) — cálculo*

(43) Tal como referido no considerando 25, quando comparada com os dados relativos ao custo de produção, a média ponderada do preço líquido de venda no mercado interno, em 1992, da ureia esferulada para fins agrícolas e industriais produzida na República Eslovaca, revelou-se globalmente rentável. Consequentemente, em conformidade com o disposto no nº 5, subalínea i) da alínea a), do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, o cálculo do valor normal para a Rússia e para a Ucrânia baseou-se nos preços de venda à saída da fábrica praticados pelo produtor eslovaco no mercado da Checoslováquia durante o período de inquérito.

d) *Preço de exportação*

(44) No que se refere à determinação do preço de exportação, o Ministério das Relações Económicas Externas da Federação Russa alegou que os cálculos deveriam ser efectuados separadamente para cada um dos dois códigos da Nomenclatura Combinada (NC) sob os quais a ureia russe é importada. Além disso, a EFIA alegou que a comparação entre os preços da ureia russa e da ureia comunitária deveria ser efectuada separadamente no que respeita à ureia para fins agrícolas e à ureia para fins industriais.

(45) Neste contexto, todos os tipos de ureia têm sido considerados como um único produto (ver considerando 17), sendo de realçar que nem os produtores/exportadores russos nem os ucranianos facultaram quaisquer informações sobre as suas exportações. Por outro lado, os importadores de ureia que colaboraram no inquérito e que adquiriram o produto directamente dos países em causa representavam apenas cerca de 1,5 % das importações totais de ureia originária da Rússia e da Ucrânia durante o período de inquérito.

Atendendo ao que precede e em conformidade com o nº 7, alínea b), do artigo 7º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, os preços de exportação foram calculados com base nos dados disponíveis. Deste modo, para determinar os preços de exportação foram utilizados os dados do Eurostat, que abrangem todas as formas e tipos de ureia e que foram considerados os dados disponíveis mais adequados.

(46) Considerou-se que a forma mais razoável para determinar os preços de exportação consistia em tomar como base os valores CIF de importação do Eurostat respeitantes aos códigos da Nomenclatura Combinada em questão e ajustá-los aos preços nas fronteiras russa e ucraniana. Algumas partes interessadas contestaram esta abordagem, tendo alegado que seria mais adequado calcular o preço à saída da fábrica na Rússia e na Ucrânia. Contudo, este argumento não pode ser aceite, visto que, nos países que não têm uma economia de mercado, a localização das infra-estruturas de produção industrial (tais como as de produção de ureia) não é determinada por considerações próprias de uma economia de mercado, tais como, o acesso a facilidades de transporte, a proximidade das fontes de matéria-prima ou dos mercados utilizadores, etc. Além disso, os custos, incluindo os custos de transporte, deste tipo de economias não são regidos pelas forças do mercado. Por conseguinte, no caso em questão, optou-se por calcular os preços de exportação no estágio franco-fronteira.

e) Comparação

(47) O valor normal na República Eslovaca foi comparado com o preço de exportação calculado do modo referido no considerando nº 46 no que respeita à Rússia e à Ucrânia. A fim de assegurar uma comparação equitativa, a Comissão examinou em primeiro lugar a questão de saber se existiam diferenças de carácter físico ou técnico entre o produto eslovaco e a ureia produzida na Rússia e na Ucrânia. Dado não terem sido encontradas quaisquer diferenças, não foi necessário proceder a ajustamentos do valor normal ou dos preços de exportação.

(48) Foi ainda solicitado à Comissão que analisasse a questão de verificar a necessidade de proceder a um ajustamento do valor normal a fim de ter em conta as diferenças entre o preço do gás russo pago pelo produtor de ureia da República Eslovaca e o preço do gás russo pago pelos produtores de ureia na Rússia e na Ucrânia. Para o efeito, verificou-se que o produtor eslovaco havia pago o preço de mercado do gás russo, tendo aparentemente os produtores da Rússia e da Ucrânia pago consideravelmente menos.

(49) Contudo, a fim de estabelecer uma comparação correcta entre o valor normal da República Eslovaca e os preços de exportação da Rússia e da Ucrânia, uma eventual diferença é irrelevante, visto não se considerar que estes dois países possuíssem uma economia de mercado durante o período de inquérito, não sendo, consequentemente, os custos das suas matérias-primas determinados pelas forças de mercado. Por conseguinte, não foram efectuados quaisquer ajustamentos do valor normal para ter em conta diferenças a nível dos custos das matérias-primas.

(50) A questão de saber se era necessário efectuar um ajustamento do valor normal a fim de ter em conta

os custos de transporte do gás por gasoduto da Rússia para a República Eslovaca mereceu igualmente atenção. Considerou-se que não era necessário efectuar qualquer ajustamento, dado que a maioria dos produtores de ureia russos e ucranianos se encontravam consideravelmente distante das zonas de exploração de gás. Consequentemente, se os custos nos países em causa tivessem sido regidos por forças de mercado, os produtores russos e ucranianos de ureia teriam igualmente, tal como o produtor eslovaco, de suportar despesas de transporte por gasoduto para os locais de produção.

(51) O valor normal e os preços de exportação foram, no entanto, ajustados a fim de ter em conta alguns dos encargos de venda referidos no nº 10, alínea c), do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, nomeadamente as despesas de transporte e de seguro quando adequado.

(52) Em especial, os valores CIF de importação do Eurostat foram ajustados aos preços franco-fronteiras russa e ucraniana. Este cálculo foi efectuado diminuindo um determinado montante relativo a despesas de frete e de seguro, deduzidas dos dados facultados pelos importadores que colaboraram no inquérito.

(53) Foi então efectuada uma comparação, no mesmo estágio comercial, entre o valor normal (à saída da fábrica) na República Eslovaca e os preços de exportação (franco-fronteira) para a Rússia e a Ucrânia, respectivamente.

f) Margens de dumping

(54) As margens de *dumping*, expressas em percentagem do preço CIF, franco-fronteira comunitária, foram as seguintes:

- Rússia: 28,2 %,
- Ucrânia: 20,4 %.

E. PREJUÍZO

1. Considerações preliminares

(55) A Comissão concluiu que, durante o período de inquérito, as exportações do único produtor da República Checa haviam sido afectadas por margens de *dumping* de 0,7 %. Esta margem de *dumping* foi considerada insignificante para os fins do presente processo, pelo que não foi necessário examinar a questão de se saber se as importações originárias da República Checa haviam causado prejuízo à indústria comunitária.

(56) No que se refere às Repúblicas da Bielorrússia, da Geórgia, do Tajiquistão e do Usbequistão, é de recordar que estes quatro países foram excluídos do exame de *dumping*, devido ao facto de as suas exportações para a Comunidade serem inexistentes ou pouco significativas. Por conseguinte, estes quatro países devem igualmente ser excluídos do exame do prejuízo no âmbito do presente processo.

2. Volume e partes de mercado das importações objecto de *dumping*

a) Consumo comunitário

- (57) Para calcular o consumo total de todos os tipos de ureia na Comunidade (ureia para fins agrícolas e industriais, bem como ureia esferulada, granulada, em solução aquosa, etc.), a Comissão somou o total das vendas comunitárias de ureia fabricada pelos produtores comunitários ao total das importações na Comunidade de todos os tipos de ureia provenientes de todas as fontes. Nesta base, o consumo comunitário de ureia registou uma diminuição de cerca de 2,7 % entre 1989 e o período de inquérito.

b) Ex-Checoslováquia

- (58) Com base nas informações fornecidas pelo Eurostat, a Comissão verificou que as importações declaradas como originárias da Checoslováquia ascenderam aparentemente a 134 930 toneladas durante o período de inquérito. Contudo, o inquérito da Comissão nas instalações dos produtores checo e eslovaco demonstrou que, em conjunto, apenas haviam exportado para a Comunidade um total de 84 504 toneladas. As informações recebidas de duas fontes distintas indicavam que a diferença de 50 426 toneladas respeitava a ureia de origem ucraniana que tinha sido objecto de transbordo na Checoslováquia por parte de empresas comerciais recentemente estabelecidas, à qual havia sido incorrectamente atribuída a origem checoslovaca aquando da importação na Comunidade. Uma situação idêntica ocorrera em 1991, quando as quantidades em questão se elevaram a aproximadamente 14 000 toneladas.

- (59) Consequentemente, a fim de calcular o volume das importações objecto de *dumping* e as partes de mercado, a Comissão considerou a diferença das quantidades acima referida como ureia originária da Ucrânia, tendo imputado tais quantidades aos dados relativos às importações respeitantes à Ucrânia. As autoridades da Ucrânia foram informadas destas conclusões, não tendo levantado quaisquer objecções. Todos os dados relativos às exportações efectuadas pelo produtor checo ou eslovaco dizem, por conseguinte, respeito ao volume efectivo das suas exportações para a Comunidade.

c) República Eslovaca

- (60) Verificou-se que as importações objecto de *dumping* de origem eslovaca aumentaram cerca de 77 % entre 1989 e o período de inquérito. Contudo, a parte de mercado dessas importações passou de 0,3 em 1989 para 0,5 % durante o período de inquérito. Dado que se trata de uma parte de mercado tão pouco significativa, considerou-se que não existem motivos suficientes para também considerar as importações originárias da República Eslovaca. Consequentemente, não é necessário abordar a questão de saber se as importações originárias da República Eslovaca causaram um prejuízo.

d) Ucrânia

- (61) O inquérito demonstrou que as importações objecto de *dumping* de origem ucraniana aumentaram entre 1989 e o período de inquérito, tendo dado origem a um aumento da respectiva parte de mercado que passou de 0,2 % para 1,7 %. Dado que se trata de uma parte reduzida das vendas na Comunidade, considera-se igualmente que não existem motivos suficientes para cumular as importações de ureia ucraniana. Tal como para a República Eslovaca, não se considerou necessário examinar a questão de saber se essas importações causaram um prejuízo à indústria comunitária em causa.

e) Rússia

- (62) O inquérito revelou que as importações objecto de *dumping* de origem russa passaram de 39 873 toneladas em 1989 para 117 706 toneladas durante o período de inquérito, o que corresponde a um aumento de 195 %. Apesar de esta quantidade exceder consideravelmente o montante acordado no compromisso aceite em 1987, deve notar-se que, na sequência do desmembramento político da URSS, o detentor do monopólio das exportações perdeu o seu monopólio, tendo-se tornado quase impossível respeitar o compromisso. Com efeito, alguns produtores russos começaram a exportar directamente para a Comunidade sem a intervenção do detentor do monopólio das exportações, tendo a falta de um organismo regulamentador provocado uma grande afluência de importações russas na Comunidade durante o período de inquérito. Verificou-se que a parte de mercado das importações objecto de *dumping* originárias da Rússia passou de 0,9 % em 1989 para 2,6 % durante o período de inquérito.

3. Preços das importações objecto de *dumping*

- (63) No que se refere às importações de ureia originárias da Rússia, a média ponderada do preço CIF, desalfandegado, na fronteira comunitária foi comparada com a média ponderada do preço de venda na Comunidade da ureia fabricada pelos produtores Comunitários no estádio à saída da fábrica. Todos os preços foram comparados no mesmo estádio comercial e com exclusão de todos os descontos e abatimentos. O preço desalfandegado foi calculado tomando em consideração o preço de importação do Eurostat e adicionando-lhe um direito aduaneiro com uma taxa de 10,6 % (média ponderada — baseada no volume — das duas taxas de direitos aduaneiros de 11 % e de 8 % aplicáveis às importações de ureia correspondentes aos vários códigos na NC).

- (64) Contudo, ao efectuar essa comparação, a Comissão verificou que existia uma certa diferença de preços entre a ureia produzida na Comunidade e a ureia originária da ex-URSS, resultante da qualidade inferior e do acabamento do produto importado. A

tendência que este produto tem para se deteriorar durante o transporte, associado ao facto de os importadores nem sempre poderem oferecer a mesma segurança de abastecimento que os produtores comunitários, conduz naturalmente a preços inferiores. Embora seja difícil avaliar essas diferenças em termos monetários, concluiu-se que tal diferença existe e considerou-se que era adequado efectuar um ajustamento de 10 % do valor.

- (65) Embora admitindo que o produto dos produtores comunitários exigia um preço mais elevado, a EFMA considerou que o ajustamento era demasiado elevado, tendo, além disso, alegado que as conclusões extraídas não tinham fundamento devido à falta de elementos de prova de apoio concretos.

A EFIA contestou igualmente o nível do ajustamento, alegando, no entanto, que o mesmo era insuficiente, dado o estado consideravelmente inferior do produto russo ao chegar ao utilizador final na Comunidade, e que essa qualidade inferior deveria ser compensada por preços inferiores.

- (66) Atendendo às informações inconcludentes e contraditórias recebidas pela Comissão, concluiu-se, com base nas informações disponíveis, que um ajustamento de 10 %, que corresponde ao meio termo entre o valor pretendido pelos produtores comunitários e o solicitado pela EFIA, era razoável e adequado.
- (67) Tendo em conta estas diferenças, verificou-se que o nível da subcotação dos preços dos produtores comunitários era de aproximadamente 10 % para a ureia de origem russa.

4. Situação da indústria comunitária

a) Produção, capacidade de produção, taxa de utilização da capacidade e existências

- (68) Verificou-se que a produção dos produtores comunitários de ureia aumentou cerca de 1,4 % entre 1989 e o período de inquérito. Deve notar-se que, embora um dos produtores comunitários (Sticks-toffwerke A.G.) esteja estabelecido na ex-República Democrática Alemão, a produção e as vendas desta empresa foram incluídas nos dados relativos aos produtores comunitários a partir de 1989.
- (69) No que se refere à capacidade de produção dos produtores comunitários, verificou-se que a mesma registou uma diminuição de cerca de 1,6 % entre 1989 e o período de inquérito. Tendo em conta estas flutuações de somenos importância a nível da produção e da capacidade, a utilização da capacidade registou um ligeiro aumento, tendo passado de 75 % em 1989 para 77 % durante o período de inquérito.
- (70) O inquérito mostrou igualmente que as existências de ureia dos produtores comunitários aumentaram cerca de 8,7 % entre 1989 e o período de inquérito.

b) Vendas e partes de mercado

- (71) As vendas realizadas pela indústria em causa no mercado comunitário diminuíram cerca de 1,7 % entre 1989 e o período de inquérito. Por outro lado, a parte de mercado dos produtores comunitários aumentou de 77,5 % em 1989 para 78,5 % durante o período de inquérito. Contudo, este aumento coincidiu com uma diminuição do nível das importações provenientes de países terceiros não abrangidos pelo presente processo.

c) Preços de venda, rentabilidade e resultados negativos

- (72) Os preços médios de venda dos produtores comunitários registaram uma acentuada diminuição de cerca de 10 % entre 1989 e o período de inquérito. No que se refere à rentabilidade, o inquérito demonstrou que a situação da indústria comunitária havia piorado entre 1989 e o período de inquérito em virtude de as perdas, avaliadas em termos de média ponderada, terem aumentado de 3,7 % para 6 %.
- (73) A maioria dos produtores comunitários alegou necessitar de um lucro líquido de, pelo menos, 10 % a 15 % para continuarem a ser competitivos. Contudo, esta alegação não foi fundamentada e, dado a ureia ser um produto há muito estabelecido, considera-se que este valor é elevado. A Comissão é do parecer que, tendo em conta a diminuição da procura de ureia, a necessidade de financiar investimentos adicionais em infra-estruturas de produção e os lucros considerados razoáveis no inquérito *anti-dumping* inicial relativo ao produto em causa, no âmbito do presente processo se deveria utilizar uma taxa de lucro antes da dedução dos impostos de 5 % como base de avaliação dos resultados negativos.

d) Emprego

- (74) O inquérito mostrou que o número de pessoas empregadas pelos produtores comunitários no sector da ureia diminuiu cerca de 8 % entre 1989 e o período de inquérito.

5. Conclusões relativas ao prejuízo

- (75) Deve notar-se que entre 1989 e o período de inquérito estavam em vigor medidas *anti-dumping* sob a forma de compromissos quantitativos. Contudo, apesar dessas medidas, a situação dos produtores comunitários piorou. Embora muitos dos principais indicadores económicos de prejuízo se tivessem mantido relativamente estáveis, a diminuição dos preços, combinada com o aumento das existências e a perda de emprego, é especialmente significativa. É igualmente evidente que a procura comunitária de ureia diminuiu ligeiramente desde 1989 e que, para manterem os seus níveis de produção e parte de mercado, os produtores comunitários se viram obrigados a diminuir os respectivos preços para níveis que geram perdas ainda maiores do que as registadas em 1989.

(76) Tendo em conta os factores acima mencionados, conclui-se que a indústria comunitária sofreu um prejuízo importante na acepção do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2423/88.

F. NEXO DE CAUSALIDADE

1. Efeito das importações objecto de *dumping*

(77) Ao examinar a questão de saber em que medida o prejuízo importante sofrido pela indústria comunitária foi causado pelas importações objecto de *dumping*, verificou-se, tal como se explica no considerando 62, que a parte de mercado russa aumentou de 0,9 % em 1989 para 2,6 % durante o período de inquérito.

(78) No que se refere às vendas, o inquérito demonstrou que as vendas dos produtores comunitários diminuíram cerca de 63 700 toneladas entre 1989 e o período de inquérito, enquanto o volume das importações originárias da Rússia aumentou cerca de 77 833 toneladas. Tal como abaixo referido, registou-se igualmente uma redução das importações de 263 802 toneladas originárias de outros países terceiros (excluindo a República Checa, a República Eslovaca e a Ucrânia). Consequentemente, considera-se que todas as perdas nas vendas na Comunidade sofridas pelos produtores comunitários podem ser atribuídas às importações objecto de *dumping* originárias da Rússia.

(79) Quanto aos preços e à rentabilidade, verificou-se que, durante o período de inquérito, o preço de venda médio por tonelada dos produtores comunitários diminuiu cerca de 10 % em relação a 1989. É evidente que a crescente presença das importações originárias da Rússia desempenhou um papel considerável nesta diminuição dos preços, uma vez que eram oferecidos no mercado a preços desalfandegados que chegavam a ser inferiores em 14 % aos custos de produção dos produtores comunitários.

2. Efeitos de outros factores

(80) Foi igualmente examinada a questão de saber se o prejuízo sofrido pela indústria comunitária tinha sido causado por outros factores para além do *dumping* praticado pelos exportadores russos. Contudo, não existem elementos de prova quanto a um aumento das importações originárias de qualquer país terceiro não sujeito a medidas *anti-dumping*. Em 1989, o conjunto das importações originárias de outros países terceiros representava 92,7 % do total das importações de ureia na Comunidade, enquanto durante o período de inquérito este valor diminuiu para 71,4 %. A parte do mercado comunitário estimada dessas importações diminuiu de 20,8 % para 15,6 % durante o mesmo período.

(81) No que se refere aos preços de tais importações, verificou-se que a média ponderada do preço CIF (não desalfandegado) das importações originárias destes outros países terceiros era superior em 22,5 % ao preço CIF comparável das importações de ureia russa. Depois do desalfandegamento, o preço destas importações no importador seria inferior à média ponderada do preço de venda com prejuízo dos produtores comunitários durante o período de inquérito. Tal equivale a dizer que os preços destas importações contribuíram igualmente para a má situação da indústria comunitária, na medida em que eram bastante inferiores ao nível teórico necessário para que os produtores comunitários pudessem cobrir todos os custos e obter lucros razoáveis.

(82) Ainda que se tivesse verificado uma diminuição dos preços, considerou-se que a redução pouco significativa da procura global de ureia na Comunidade, entre 1989 e o período de inquérito, indica que o nível de consumo desse produto deve ter atingido o seu pico. Além disso, a parte de mercado dos produtores comunitários aumentou ligeiramente, o que indicaria que a diminuição do mercado não constituiu um factor significativo para a situação pouco favorável dos produtores comunitários.

(83) Embora se possa alegar que as importações originárias de outros países terceiros podem ter contribuído para as perdas sofridas pela indústria comunitária, tal não impede que as importações originárias da Rússia, isoladamente consideradas, em virtude dos seus preços reduzidos e da sua crescente penetração no mercado, tenham causado um prejuízo importante à indústria comunitária.

G. POSSIBILIDADE DE UM NOVO PREJUÍZO EM CASO DE CADUCIDADE DAS MEDIDAS ANTI-DUMPING EXISTENTES

1. Repúblicas Checa e Eslovaca

a) Considerações preliminares

(84) Dado que o período normal de vigência de cinco anos das medidas objecto do reexame deveria, em princípio, ter terminado em Fevereiro de 1994, examinou-se a questão da eventualidade de uma nova ocorrência de prejuízo. Para o efeito, foram considerados os seguintes factores :

- os níveis de produção e de capacidade dos países exportadores,
- a taxa de aumento das importações objecto de *dumping* na Comunidade,
- a eventualidade de a ureia checa ou eslovaca entrar na Comunidade a preços susceptíveis de provocar uma depreciação dos preços dos produtores comunitários,
- os efeitos negativos, reais e potenciais, dessas importações para o desenvolvimento e a produção da indústria comunitária.

- (85) No que se refere à utilização da capacidade dos produtores checo e eslovaco, o inquérito demonstrou existirem poucas possibilidades de os mesmos aumentarem os seus níveis de produção ou não existir uma intenção declarada de o fazer. A menos que se verifique uma mudança acentuada do padrão das suas vendas internas e de exportação, considera-se improvável que as importações na Comunidade originárias da República Checa e da República Eslovaca possam aumentar muito mais para além dos níveis actuais.
- (86) No que se refere à taxa de aumento das importações originárias destes dois países, verificou-se que a maior parte, se não a totalidade, do respectivo aumento aparente resulta da reunificação da Alemanha e da inclusão das vendas a clientes tradicionais na ex-República Democrática Alemã (RDA) nas estatísticas de importação do Eurostat. Se se excluirmos essas vendas à ex-RDA, os limites quantitativos inicialmente acordados no compromisso teriam sido respeitados.
- (87) Dado que os checos e os eslovacos se encontram numa fase de transição entre uma economia de planificação central e uma economia de mercado, considera-se inevitável que os preços de exportação da ureia aumentem, acompanhando o facto de a produção ser determinada pelo mercado e reflectindo os custos do transporte. A médio prazo, pensa-se que as actuais vantagens em matéria de preços de que os produtores checo e eslovaco beneficiam diminuirão e que estes se verão obrigados a praticar preços mais elevados, comparáveis aos dos produtores comunitários.
- (88) O inquérito demonstrou que o impacto das importações checas e eslovacas no mercado comunitário foi pouco significativo e que, dada a produção e os padrões comerciais dos produtores nestes dois países, é pouco provável que as suas exportações para a Comunidade venham a aumentar significativamente no futuro. Consequentemente, considera-se que as importações originárias da República Checa e da República Eslovaca não terão qualquer efeito considerável sobre o desenvolvimento e a produção da indústria comunitária.

b) Conclusão

- (89) Atendendo aos factores acima mencionados e à pouca capacidade de penetração, real e potencial, do mercado por parte das Repúblicas Checa e Eslovaca, conclui-se que existem poucas probabilidades de as importações objecto de *dumping* originárias destes dois países causarem prejuízo num futuro próximo e que não é necessário renovar as medidas de defesa.

2. Rússia e Ucrânia

a) Considerações preliminares

- (90) Tal como em relação às Repúblicas Checa e Eslovaca, é necessário efectuar uma previsão fundamen-

tada do que aconteceria no caso de futuramente não serem aplicadas quaisquer medidas *anti-dumping* contra a Rússia e a Ucrânia.

b) Rússia

- (91) No que se refere à Rússia, as informações disponíveis indicam que os seus produtores têm capacidade para produzir 6,4 milhões de toneladas de ureia por ano. Os dados fornecidos mostram igualmente que a produção efectiva da Rússia, em 1992, foi de 4,5 milhões de toneladas de ureia. Atendendo ao desmoronamento do sistema colectivo de exploração agrícola do país, é altamente provável que a procura interna de ureia venha a diminuir acentuadamente visto que as explorações recentemente privatizadas não terão meios para pagar os adubos, os produtores de ureia ver-se-ão, por conseguinte, obrigados a explorar as possibilidades de aumentarem as suas trocas comerciais com a Comunidade.
- (92) Por outro lado, dado que a introdução da « retirada de terras da produção » no âmbito da política agrícola comum fez com que muitos agricultores comunitários diminuíssem a respectiva aquisição de adubos, é altamente provável que o mercado se contraia ainda mais e que os exportadores russos aumentem o volume das suas exportações e diminuam ainda mais os preços objecto de *dumping* a fim de aumentarem a sua parte do mercado.

c) Conclusões relativas à Rússia

- (93) Com base no que precede, concluiu-se que os efeitos negativos das importações objecto de *dumping* originárias da Rússia se continuarão a fazer sentir caso não sejam adoptadas medidas.

d) Ucrânia

- (94) No que respeita à Ucrânia, as informações facultadas indicam que os produtores têm capacidade para produzir 3,1 milhões de toneladas de ureia por ano. Todavia, ao contrário da Rússia, a Ucrânia não é auto-suficiente em gás natural (a matéria-prima utilizada pelos produtores ucranianos de ureia), dependendo em grande medida das importações de gás provenientes da Rússia. As informações disponíveis mostram que o abastecimento de gás foi interrompido e que a Ucrânia pode deixar de conseguir utilizar a sua capacidade existente.
- (95) No que se refere ao nível das importações originárias da Ucrânia, os últimos dados disponíveis mostram que as mesmas diminuíram para níveis negligenciáveis (6 102 toneladas durante o período compreendido entre Janeiro e Outubro de 1993).

e) Conclusões relativas à Ucrânia

- (96) Dado o acima referido, considera-se pouco provável que os níveis das importações originárias da Ucrânia sejam suficientemente elevados no futuro para poderem causar um prejuízo à indústria comunitária em questão. Por conseguinte, conclui-se que não existe qualquer necessidade de renovar as medidas de defesa contra a Ucrânia.

H. INTERESSE COMUNITÁRIO

- (97) Ao examinar a questão de saber se a manutenção de medidas *anti-dumping* é do interesse da Comunidade, deve recordar-se que a finalidade de tais medidas — isto é, evitar distorções da concorrência decorrentes de práticas comerciais desleais no mercado comunitário — é fundamentalmente do interesse geral da Comunidade.
- (98) No que se refere ao presente processo, considera-se que sem a aplicação de medidas destinadas a corrigir os efeitos das importações objecto de *dumping*, um ou mais produtores comunitários podem ver-se forçados a encerrar as suas instalações de produção de ureia, o que conduziria a uma perda de emprego na Comunidade e reduziria a concorrência no mercado.
- (99) É verdade que alguns agricultores e utilizadores de ureia para fins industriais da Comunidade têm beneficiado, a curto prazo, dos baixos preços das importações objecto de *dumping*. Contudo, deve ter-se presente que as aquisições de ureia por esses clientes representam uma percentagem relativamente reduzida dos seus factores de produção. Por outro lado, tendo em conta que o preço da ureia diminuiu nos últimos anos, é pouco provável que qualquer ajustamento das medidas de *dumping* venha a ter um impacte importante nos orçamentos dos utilizadores, não constituindo, em última análise, um motivo suficiente para negar uma defesa legítima aos produtores comunitários.

I. ENCERRAMENTO DO PROCESSO

- a) *Encerramento no que respeita à República Checa e à República Eslovaca*
- (100) Tal como acima referido no presente regulamento, se não se considerarem as vendas à ex-RDA nas estatísticas das importações do Eurostat, as Repúblicas Checa e Eslovaca respeitaram em grande medida as condições do compromisso e os limites quantitativos nele fixados. Além disso, tendo em conta as reduzidas possibilidades de estes países aumentarem as suas exportações para a Comunidade muito para além dos níveis actuais, a margem de *dumping* extremamente reduzida dos produtos checos, a parte de mercado muito diminuta e a reduzida penetração das importações checas e eslovacas, bem como os reduzidos efeitos dessas importações sobre os preços, considera-se que as medidas aplicadas em relação a estes dois países devem ser revogadas.

O comité consultivo não levantou qualquer objecção a este procedimento.

b) *Encerramento no que respeita à Bielorrússia, à Geórgia, ao Tajiquistão e ao Usbequistão*

- (101) No considerando 34 afirmou-se não existirem elementos de prova de importações significativas na Comunidade originárias dos países acima mencionados, durante o período de inquérito. Embora se reconheça a existência de capacidades de produção consideráveis nesses países, não há indicações de quaisquer mudanças iminentes ou previsíveis das circunstâncias que possam conduzir a um afluxo de importações a baixos preços à Comunidade, originárias dos países em questão. Consequentemente, o processo relativo à Bielorrússia, à Geórgia, ao Tajiquistão e ao Usbequistão deve ser encerrado.

O comité consultivo não levantou qualquer objecção a este procedimento.

c) *Encerramento no que respeita à Ucrânia*

- (102) Tal como em relação aos países mencionados no considerando anterior, reconhece-se que existe na Ucrânia uma capacidade considerável de produção de ureia. Contudo, dado o nível relativamente baixo da parte de mercado detida pelas exportações ucranianas, bem como o grau de incerteza no que respeita ao abastecimento de gás proveniente da Rússia, não existem indícios seguros de qualquer mudança iminente das circunstâncias. Conclui-se, pois, que não é necessário renovar as medidas *anti-dumping* contra a Ucrânia.

O comité consultivo não levantou qualquer objecção a este procedimento.

J. MEDIDAS DEFINITIVAS

- (103) O inquérito mostrou claramente que, no caso da Rússia:
- as quantidades fixadas no compromisso não foram respeitadas, embora, tal como referido no presente regulamento, tal não possa ser atribuído à parte que originalmente ofereceu o compromisso;
 - apesar das medidas *anti-dumping* introduzidas em 1987, as importações originárias da Rússia continuaram a ser objecto de *dumping*, contribuindo para o prejuízo importante sofrido pela indústria comunitária;
 - a Rússia possui um grande excesso capacidade de produção e possibilidades de aumentar as suas exportações objecto de *dumping* para a Comunidade.
- (104) Por conseguinte, devem ser instituídas medidas *anti-dumping* contra a Rússia.

- (105) Nos considerandos 72 e 73 foi referido que os produtores comunitários sofreram perdas durante o período de inquérito e que, para efeitos do presente processo, se considerava razoável uma taxa de lucro de 5 % antes de impostos. Por conseguinte, a fim de estabelecer um nível de direito adequado para eliminar o prejuízo causado pelas práticas de *dumping*, foi calculado um preço que permitirá à indústria comunitária cobrir os custos da produção e obter essa margem de lucro de 5 %. Esse preço foi comparado com o preço de importação CIF, desalfandegado, da Rússia (devidamente ajustado para ter em conta as diferenças de qualidade), tendo-se concluído que, expresso em percentagem do preço de importação CIF, franco-fronteira comunitária, o valor necessário para eliminar o prejuízo é de 26,8 %.
- (106) Esta percentagem de eliminação do prejuízo é inferior à margem de *dumping* de 28,2 % estabelecida para a Rússia. Consequentemente, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 2423/88, o direito *anti-dumping* definitivo deveria ser estabelecido ao mesmo nível que o valor da eliminação do prejuízo.
- (107) Atendendo à tendência para a baixa dos preços de importação russos, considera-se que a medida mais adequada neste caso é a criação de um direito variável. Esta forma de direito permite igualmente que os exportadores obtenham receitas mais adequadas para as suas exportações. O direito variável a criar deveria basear-se na diferença eventualmente existente entre o preço de importação CIF efectivo,

franco-fronteira comunitária, e um preço mínimo de 115 ecus por tonelada,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

1. É criado um direito *anti-dumping* definitivo sobre as importações de ureia correspondente aos códigos NC 3102 10 10 e 3102 10 90, originária da Federação Russa.
2. O montante do direito deve ser igual à diferença entre 115 ecus por tonelada e o preço líquido, franco-fronteira comunitária, não desalfandegado, se este preço for inferior.
3. Salvo disposição em contrário, são aplicáveis as disposições em vigor em matéria de direitos aduaneiros.

Artigo 2º

São revogados os compromissos apresentados pela Petrimex Foreign Trade Company Ltd (Bratislava) e pela Sojuzpromexport (Moscou), aceites pelo nº 1 do artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 3339/87.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 16 de Janeiro de 1995.

Pelo Conselho

O Presidente

E. ALPHANDÉRY

REGULAMENTO (CE) Nº 478/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que estabelece normas complementares de execução do Regulamento (CEE) nº 404/93 do Conselho no que respeita ao regime de contingente pautal para as importações de bananas na Comunidade e que altera o Regulamento (CEE) nº 1442/93

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 404/93 do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1993, que estabelece a organização comum de mercado no sector das bananas⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2390/94⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 20º,

Considerando que os acordos concluídos no decurso das negociações comerciais multilaterais do *Uruguay Round* incluem um acordo-quadro sobre as bananas; que esse acordo altera o regime de contingente pautal de importação na Comunidade destas mercadorias e é aplicável a partir do início de 1995;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 3224/94 da Comissão⁽³⁾ estabeleceu medidas transitórias para a aplicação desse acordo-quadro no primeiro trimestre de 1995,

Considerando que é conveniente adoptar as medidas necessárias para a aplicação do referido acordo numa base não transitória e alterar em conformidade o Regulamento (CEE) nº 1442/93 da Comissão, de 10 de Junho de 1993, que estabelece normas de execução do regime de importação de bananas na Comunidade⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 439/95⁽⁵⁾;

Considerando que o Acordo-quadro determina a repartição do contingente pautal entre certos países ou grupos de países fornecedores e prevê cláusulas específicas para cobrir os casos de força maior susceptíveis de afectar as entregas dos países signatários e para permitir, em certa medida, transferências de quotas;

Considerando que é conveniente repartir a quantidade prevista no acordo-quadro para as bananas não tradicionais ACP entre a República Dominicana e os países que abastecem tradicionalmente a Comunidade e importam, no âmbito do contingente pautal, a título destas quantidades não tradicionais ACP;

Considerando que o acordo-quadro prevê que os países signatários sejam autorizados a emitir, em relação a 70 % do volume das suas quotas respectivas, certificados de

exportação a apresentar para a obtenção, na Comunidade, de certificados de importação das categorias A e C, em condições susceptíveis de melhorar a regularidade e a estabilidade das trocas comerciais e de garantir um tratamento não discriminatório entre os operadores;

Considerando que é conveniente adoptar disposições que assegurem a aplicação das cláusulas específicas e a adequada gestão do regime do contingente pautal; que é necessário, designadamente, impor a obrigação de indicar a origem da mercadoria aquando da apresentação do pedido de certificado e de, subsequentemente, introduzir em livre prática uma mercadoria com essa origem; que é, todavia, conveniente, prever a possibilidade de, no caso de ser decidida uma limitação da emissão de certificados de importação para uma ou diversas origens, os operadores renunciarem à utilização de um certificado de importação ou de apresentarem um novo pedido para uma mercadoria de origem diferente;

Considerando que é conveniente prever as comunicações necessárias para a gestão do regime alterado;

Considerando que o Comité de gestão das bananas não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

1. O contingente pautal para as importações de bananas de países terceiros e de bananas não tradicionais ACP, previsto nos artigos 18º e 19º do Regulamento (CEE) nº 404/93, é dividido em quotas específicas atribuídas aos países ou grupos de países enumerados no anexo I, sob a forma nela fixada.

2. No caso de o contingente pautal ser aumentado nos termos do nº 1 do artigo 18º do Regulamento (CEE) nº 404/93, as quantidades atribuídas aos países ou grupos de países fornecedores enumerados nos quadros 1 e 3 do anexo I, serão aumentadas, no respeito da repartição indicada.

Todavia, a pedido conjunto de vários países fornecedores enumerados no quadro 1, a Comissão procederá ao aumento das quantidades atribuídas a estes países segundo percentagens de repartição diferentes.

⁽¹⁾ JO nº L 47 de 25. 2. 1993, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

⁽³⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 72.

⁽⁴⁾ JO nº L 142 de 12. 6. 1993, p. 6.

⁽⁵⁾ JO nº L 45 de 1. 3. 1995, p. 35.

Artigo 2º

1. Se, por motivos de força maior, um país fornecedor mencionado no quadro 1 do anexo I não puder exportar para o mercado comunitário a totalidade ou parte das quantidades que lhe tiverem sido atribuídas, poderá abastecer o mercado comunitário em produtos originários de outro país mencionado no mesmo quadro.

2. Se um país fornecedor mencionado no quadro 1 do anexo I informar a Comissão, até 1 de Outubro, de que, no ano seguinte, não poderá exportar para o mercado comunitário a totalidade ou parte da quantidade que lhe foi atribuída, essa quantidade será reatribuída, para o ano em causa, aos demais países fornecedores enumerados nos quadros 1 e 3 do anexo I, no respeito das percentagens de repartição indicadas. Todavia, a pedido conjunto de vários países fornecedores mencionados no quadro 1, a Comissão procederá a uma repartição diferente.

Para aplicação do disposto nos primeiro e segundo parágrafos em 1995, a referida informação deve ser comunicada à Comissão até 21 de Julho de 1995.

Artigo 3º

1. Os pedidos de certificado de importação para a importação de mercadorias originárias de um país ou grupo de países mencionado no anexo I só são admissíveis se:

- a) Indicarem, na casa 8, o país de origem; para as mercadorias originárias dos países enumerados no quadro 3 do anexo I, a casa 8 deve ainda comportar a menção: « R 478/95, anexo I.3, "Outros" »; para as mercadorias originárias dos países ACP que não os enumerados no quadro 2, a casa 8 deve ainda comportar a menção: « R 478/95 anexo I.2, "Outros Estados ACP" »;
- b) Incidirem numa quantidade inferior ou igual à quantidade disponível, publicada periodicamente antes do início do prazo para a apresentação dos pedidos.

2. Para as mercadorias originárias da Colômbia, da Costa Rica e da Nicarágua, os pedidos de certificados de importação das categorias A e C, referidas no nº 4 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93, só são admissíveis se forem ainda acompanhados de um certificado de exportação válido para uma quantidade de mercadorias pelo menos igual e emitido pelas autoridades competentes referidas no anexo II. A Comissão velará pela actualização deste último anexo.

Os pedidos de certificados de importação devem indicar, na casa 20, o número do certificado de exportação, a sua data de emissão e a quantidade total de mercadorias para que este último foi emitido.

3. O certificado de exportação referido no nº 2 será conservado pela autoridade nacional competente aquando da emissão do primeiro certificado de importação. Esta

autoridade inscreverá no verso do certificado de exportação, com base, se for caso disso, nas comunicações efectuadas pelas autoridades competentes dos outros Estados-membros, as quantidades para que foram emitidos na Comunidade um ou vários certificados de importação, conforme o caso.

4. Os certificados de importação comportam as indicações previstas nos nºs 1 e 2 e obrigam a importar do país indicado na casa 8 ou, no caso das origens « Outros Estados ACP » e « Outros » referidas nos quadros 2 e 3 do anexo I, do grupo de países em causa.

Artigo 4º

1. Sempre que, em relação a uma ou várias origens, for fixado nos termos do nº 3, primeiro parágrafo, do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93, na redacção que lhe é dada pelo presente regulamento, um coeficiente de redução, os operadores que tiverem apresentado pedidos de certificado de importação para mercadorias dessa origem podem, *inter alia*:

- a) Renunciar à utilização do certificado através de uma comunicação endereçada à autoridade nacional competente para a emissão de certificados no prazo de cinco dias úteis a contar da publicação do regulamento que fixa o coeficiente de redução; neste caso, a garantia relativa ao certificado será imediatamente liberada;
- b) Relativamente a uma quantidade inferior ou igual à quantidade não atribuída do pedido, apresentar novos pedidos de certificados para as origens em relação às quais não é aplicável qualquer coeficiente de redução. Os novos pedidos devem ser apresentados no prazo referido na alínea a) e respeitar todas as condições aplicáveis à apresentação desses pedidos.

2. As autoridades nacionais competentes para a emissão de certificados transmitirão à Comissão os novos pedidos de certificados de importação apresentados no abrigo do nº 1 e em conformidade com o nº 1 do artigo 10º do Regulamento (CEE) nº 1442/93 na redacção que lhe é dada pelo presente regulamento nos três dias úteis seguintes ao termo do prazo previsto na alínea a) do nº 1.

3. A Comissão determinará sem demora as quantidades em relação às quais podem ser emitidos certificados de importação para a ou as origens em causa. Os certificados, com o período de eficácia previsto no nº 2 do artigo 11º do Regulamento (CEE) nº 1442/93, serão emitidos sem demora pelas autoridades competentes.

Artigo 5º

Em caso de aplicação do nº 2 do artigo 2º, pode ser decidido, designadamente, que:

- os certificados de importação eficazes ou os pedidos de certificado com indicação de origem do país fornecedor afectado por um caso de força maior serão, conforme o caso, utilizáveis ou emitidos para a introdução em livre prática de mercadorias originárias de um ou vários países mencionados no quadro 1 do anexo I,
- os certificados de exportação emitidos pelo país fornecedor afectado podem ser apresentados em apoio dos pedidos de certificados de importação para mercadorias originárias de um ou vários países mencionados no quadro 1 do anexo I.

Artigo 6.º

A introdução em livre prática, na Comunidade, a título e nas condições do contingente pautal fica subordinada à apresentação de um certificado de origem.

Artigo 7.º

O Regulamento (CEE) n.º 1442/93 é alterado do seguinte modo :

1. No artigo 9.º :

a) O n.º 1 passa a ter a seguinte redacção :

« 1. Para a emissão dos certificados de importação, serão fixadas quantidades indicativas trimestrais, expressas, se for caso disso, em percentagem das quotas atribuídas aos diferentes países ou grupos de países enumerados no anexo I do Regulamento (CEE) n.º 478/95 ou das respectivas quantidades disponíveis, em função dos dados e das previsões relativas ao mercado comunitário, com base na estimativa prevista no artigo 16.º do Regulamento (CEE) n.º 404/93 ».

b) O n.º 3 passa a ter a seguinte redacção :

« 3. No caso de, em relação a uma dada origem, conforme o caso, um país ou um grupo de países referido no anexo I do Regulamento (CE) n.º 478/95, as quantidades objecto de pedidos de certificado de importação, a título de uma e/ou outra categoria de operadores, serem sensivelmente

superiores à quantidade indicativa estabelecida, será fixada uma percentagem de redução a aplicar aos pedidos, antes da aplicação do n.º 5. Todavia, esta redução não é aplicável aos pedidos que incidam em quantidades inferiores ou iguais a 150 toneladas.

Se as quantidades objecto de pedidos de certificado de importação forem superiores às quantidades disponíveis de uma dada origem, a Comissão fixará uma percentagem de redução a aplicar a todos os pedidos, antes da aplicação do n.º 5. ».

2. O n.º 1 do artigo 10.º passa a ter a seguinte redacção :

« 1. Os Estados-membros comunicarão à Comissão, nos dois dias úteis seguintes ao termo do prazo de apresentação dos pedidos previsto no n.º 2 do artigo 9.º, as quantidades que foram objecto de pedidos de certificado de importação ao abrigo de cada uma das categorias A, B e C, apresentando-as distintamente, do seguinte modo :

- a) Pedidos de certificados da categoria A, discriminados por origem nos termos dos quadros do anexo I do Regulamento (CE) n.º 478/95 ;
- b) Pedidos de certificados da categoria B, discriminados por origem nos termos dos quadros do anexo I do Regulamento (CE) n.º 478/95 ;
- c) Pedidos de certificados da categoria C, discriminados por origem ;
- d) Pedidos de certificados que incidem em quantidades inferiores ou iguais a 150 toneladas. ».

3. Ao artigo 21.º é aditado o seguinte travessão :

« — trimestralmente, o mais tardar nos quinze dias seguintes à emissão dos certificados, os pedidos de certificado — quantidades e origens exactas — que foram objecto de renúncia nos termos do n.º 1, alínea a), do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 478/95. ».

Artigo 8.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

ANEXO I

Quadro 1

Paises	
Colômbia	21,0 %
Costa Rica	23,4 %
Nicarágua	3,0 %
Venezuela	2,0 %

Quadro 2

(em toneladas)

Paises	
Quantidades não tradicionais ACP	
República Dominicana	55 000
Belize	15 000
Costa do Marfim	7 500
Camarões	7 500
Outros Estados ACP	5 000

Quadro 3

(em toneladas)

Outros	50,6 % — 90 000
--------	-----------------

*ANEXO II***Autoridades ou serviços competentes para emitir certificados de exportação****COLÔMBIA****INCOMEX**

Instituto Colombiano de Comércio Exterior
Edificio Centro de Comercio Internacional
Calle 28 nº 13 A 15/53
Santa Fe de Bogotá.

COSTA RICA

Corporación Bananera SA
Apartado 6504-1000
San José.

NICARÁGUA

Ministerio de Economía y Desarrollo
Dirección de Comercio Exterior
Kilómetro 3 1/2
Carretera a Masaya
Edificio el Cortijo
Managua.

REGULAMENTO (CE) Nº 479/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que estabelece medidas transitórias para a aplicação do regime do contingente pautal de importação de bananas durante o segundo trimestre de 1995, na sequência da adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Acto de Adesão da Noruega, da Áustria, da Finlândia e da Suécia e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 149º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 404/93 do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1993, que estabelece a organização comum de mercado no sector das bananas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3290/94 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 20º,Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1442/93 da Comissão, de 10 de Junho de 1993, que estabelece normas de execução do regime de importação de bananas na Comunidade ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 478/95 ⁽⁴⁾, estabelece as normas relativas ao funcionamento do mercado comunitário das bananas;Considerando que o Regulamento (CE) nº 3303/94 da Comissão ⁽⁵⁾, estabeleceu medidas transitórias para a importação de bananas na Áustria, na Finlândia e na Suécia durante o primeiro trimestre de 1995;

Considerando que, a fim de facilitar a transição do regime existente nos novos Estados-membros antes da sua adesão para o regime resultante da aplicação das regras da organização comum de mercado no sector das bananas, é conveniente adoptar medidas transitórias para o segundo trimestre de 1995 e autorizar os operadores estabelecidos nos seus territórios a importar, no segundo trimestre de 1995, uma determinada quantidade de bananas originárias de países terceiros; que esta quantidade deve ser determinada com base na quantidade média que o operador em causa tiver importado, para o abastecimento destes mercados, durante o período de referência utilizado para determinar os direitos dos operadores no âmbito do regime do contingente pautal; que esta concessão não deve, contudo, prejudicar a atribuição da quantidade de referência para 1995, a efectuar ulteriormente em aplicação do artigo 6º do Regulamento (CEE) nº 1442/93;

Considerando que, na sequência da adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, é conveniente prever o registo dos operadores que comercializaram bananas nestes países durante os três anos do período de referência, 1991, 1992

e 1993, de modo a que estes possam participar no regime de importação previsto no âmbito do contingente pautal;

Considerando que o Comité de gestão das bananas não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

1. No segundo trimestre de 1995, e no âmbito do contingente pautal referido nos artigos 18º e 19º do Regulamento (CEE) nº 404/93, as autoridades competentes da Áustria, da Finlândia e da Suécia autorizarão os operadores estabelecidos nos seus territórios e que para os mesmos tenham importado bananas em 1991, 1992 e/ou 1993 a importar bananas originárias de países terceiros, até ao limite de 32 206 toneladas para a Áustria, 20 346 toneladas para a Finlândia e 42 616 toneladas para a Suécia.

A autorização prevista no primeiro parágrafo será concedida mediante pedido, a apresentar pelos operadores de 8 e 14 de Março de 1995. Os pedidos devem indicar a origem do produto a importar e ser acompanhados do documento de exportação referido no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 478/95 sempre que disserem respeito a mercadorias originárias da Colômbia, da Costa Rica e da Nicarágua.

A autorização de importação concedida aos operadores não pode incidir numa quantidade superior a 27 % da média das quantidades anuais pelos mesmos importadas em 1991, 1992 e 1993.

Esta autorização não prejudica a quantidade de referência a atribuir ao operador em causa a título de 1995, em aplicação do artigo 6º do Regulamento (CEE) nº 1442/93.

2. As bananas referidas no nº 1 devem ser introduzidas em livre prática no Estado-membro que concedeu a autorização, o mais tardar, em 7 de Julho de 1995.

3. Os nºs 1 e 3 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93 e os artigos 3º e 4º do Regulamento (CE) nº 478/95 são aplicáveis à emissão das autorizações de importação.

Artigo 2º

As autoridades competentes dos novos Estados-membros adoptarão as disposições complementares necessárias para assegurar o controlo e o acompanhamento das importações de bananas nos seus territórios ao abrigo do presente regulamento.

⁽¹⁾ JO nº L 47 de 25. 2. 1993, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

⁽³⁾ JO nº L 142 de 12. 6. 1993, p. 6.

⁽⁴⁾ Ver página 13 do presente Jornal Oficial.

⁽⁵⁾ JO nº L 341 de 30. 12. 1994, p. 46.

Artigo 3º

1. Os operadores comunitários que tenham comercializado nos novos Estados-membros, durante os três anos do período de referência, 1991, 1992 e 1993, bananas originárias de países terceiros que não os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), dos Estados ACP, bem como bananas colhidas na Comunidade, devem solicitar o seu registo junto das autoridades competentes dos Estados-membros até 15 de Março de 1995. Os operadores devem comunicar as quantidades de bananas que comercializaram em 1991, 1992 e 1993, discriminadas nos termos do nº 2 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 1442/93.

2. Até 31 de Março de 1995, as autoridades competentes estabelecerão as listas dos operadores em causa,

bem como as quantidades comercializadas por cada operador, de acordo com as regras previstas nos nºs 1 e 3 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 1442/93.

As autoridades competentes transmitirão à Comissão, o mais tardar em 7 de Abril de 1995, as listas dos operadores referidos no nº 2, com indicação das quantidades comercializadas por cada um deles.

Artigo 4º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 480/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que fixa determinadas quantidades indicativas para a importação de bananas na Comunidade no segundo trimestre de 1995

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 404/93 do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1993, que estabelece a organização comum de mercado no sector das bananas⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3290/94⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 20º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1442/93 da Comissão⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 478/95⁽⁴⁾, prevê, no nº 1 do seu artigo 9º, que, para a emissão de certificados de importação, sejam fixadas quantidades indicativas trimestrais, expressas em percentagem das quantidades atribuídas aos diferentes países ou grupos de países enumerados no anexo I do Regulamento (CE) nº 478/95, em função dos dados e das previsões relativos ao mercado comunitário, com base na estimativa da produção e do consumo na Comunidade, bem como das importações e exportações, prevista no artigo 16º do Regulamento (CEE) nº 404/93;

Considerando que a análise dos dados relativos, por um lado, às quantidades de bananas comercializadas na Comunidade em 1994 e, em especial, às importações efectivas realizadas, designadamente, no segundo trimestre de 1994 e, por outro, à utilização dos certificados de importação e às perspectivas de abastecimento e de consumo do mercado comunitário no segundo trimestre de 1995 conduzem à fixação, para o mesmo trimestre, e com vista a um abastecimento satisfatório da Comunidade, de uma quantidade indicativa, para cada origem, de 32 % da quantidade atribuída à origem em causa no contingente pautal;

Considerando que, com base nos mesmos dados, é conveniente fixar a quantidade autorizada, prevista no nº 2 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93, que cada operador das categorias A e B estabelecido na Comunidade na sua composição em 31 de Dezembro de 1994 pode solicitar a título do segundo trimestre de 1995; que o artigo 1º do Regulamento (CE) nº 478/95 fixa a quantidade máxima que cada operador estabelecido na Áustria, na Finlândia ou na Suécia pode requerer a título do segundo trimestre de 1995,

Considerando que é igualmente necessário fixar as quantidades indicativas, previstas no nº 1 do artigo 14º do mesmo regulamento, para a emissão dos certificados de importação de bananas tradicionais originárias dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP);

Considerando que as disposições do presente regulamento devem entrar em vigor imediatamente antes do período de apresentação dos pedidos de certificado a título do segundo trimestre de 1995;

Considerando que o Comité de gestão das bananas não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As quantidades indicativas referidas no nº 1 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93 para a importação de bananas na Comunidade no âmbito do contingente pautal previsto nos artigos 18º e 19º do Regulamento (CEE) nº 404/93 são fixadas, para a Comunidade e em relação ao segundo trimestre de 1995, em 32 % das quantidades estabelecidas para cada país ou grupo de países mencionado no anexo I do Regulamento (CE) nº 478/95.

Para as importações de bananas originárias da Costa Rica, da Colômbia e da Nicarágua, as quantidades indicativas são aplicáveis aos pedidos de certificados de importação das categorias A e C, por um lado, e da categoria B, por outro.

Artigo 2º

A quantidade autorizada para cada operador das categorias A e B, prevista no nº 2 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93, é fixada, para o segundo trimestre de 1995, em 27 % da quantidade anual total que lhe tiver sido atribuída em aplicação do segundo parágrafo do artigo 6º do mesmo regulamento.

O disposto no primeiro parágrafo não é aplicável aos operadores estabelecidos na Áustria, na Finlândia e na Suécia.

Artigo 3º

As quantidades indicativas referidas no nº 1 do artigo 14º do Regulamento (CEE) nº 1442/93 para a importação de bananas tradicionais originárias dos Estados ACP na Comunidade são fixadas, para o segundo trimestre de 1995, em 30 % das quantidades tradicionais estabelecidas para cada origem no anexo do Regulamento (CEE) nº 404/93.

Artigo 4º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

(1) JO nº L 47 de 25. 2. 1993, p. 1.

(2) JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

(3) JO nº L 142 de 12. 6. 1993, p. 6.

(4) Ver página 13 do presente Jornal Oficial.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 481/95 DA COMISSÃO
de 3 de Março de 1995

que altera os Regulamentos (CEE) nº 2699/93 e (CE) nº 1559/94, na sequência da adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, no sector da carne de aves de capoeira

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3379/94 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1994, que estabelece a abertura e o modo de gestão de determinados contingentes pautais comunitários relativamente a determinados produtos agrícolas e à cerveja em 1995⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 3º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2777/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece uma organização comum de mercado no sector da carne de aves de capoeira⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, e, nomeadamente, o seu artigo 15º,

Considerando que foram concedidas determinadas concessões no sector da carne de aves de capoeira relativamente a determinados produtos, no âmbito do Regulamento (CEE) nº 2699/93 da Comissão, de 30 de Setembro de 1993, que estabelece as regras de execução, nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, do regime previsto nos acordos provisórios de associação concluídos pela Comunidade com a Polónia, a Hungria e a antiga República Federativa Checa e Eslovaca⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelos Regulamentos (CE) nº 3026/94⁽⁴⁾, e (CE) nº 1559/94 da Comissão, de 1 de Julho de 1994, que estabelece as normas de execução, nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, do regime previsto nos acordos provisórios entre a Comunidade, por um lado, e a Bulgária e a Roménia, por outro⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3027/94⁽⁶⁾;

Considerando que, na sequência da adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, o Regulamento (CE) nº 3379/94 abriu determinados contingentes pautais; que, por conse-

guinte, é conveniente adaptar os anexos I dos Regulamentos (CEE) nº 2699/93 e (CE) nº 1559/94 a fim de ter em conta regimes de trocas comerciais existentes no sector da carne de aves de capoeira entre os três novos Estados-membros, por um lado, e a Hungria, a Polónia, a República Checa, a Eslováquia, a Roménia e a Bulgária, por outro;

Considerando que, a fim de assegurar a repartição das quantidades disponíveis, é conveniente adicionar às quantidades disponíveis, relativamente ao período compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 1995, as quantidades transitadas do período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Março de 1995, bem como as novas quantidades;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão da carne de aves de capoeira e dos ovos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo I do Regulamento (CEE) nº 2699/93 é substituído pelo anexo I do presente regulamento.

Artigo 2º

O anexo I do Regulamento (CEE) nº 1559/94 é substituído pelo anexo II do presente regulamento.

Artigo 3º

As quantidades disponíveis relativamente aos pedidos apresentados entre 1 e 10 de Março de 1995 serão fixadas no anexo III do presente regulamento.

Artigo 4º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 366 de 31. 12. 1994, p. 3.

⁽²⁾ JO nº L 282 de 1. 11. 1975, p. 77.

⁽³⁾ JO nº L 245 de 1. 10. 1993, p. 88.

⁽⁴⁾ JO nº L 321 de 14. 12. 1994, p. 10.

⁽⁵⁾ JO nº L 166 de 1. 7. 1994, p. 62.

⁽⁶⁾ JO nº L 321 de 14. 12. 1994, p. 12.

ANEXO I

« ANEXO I

A. Produtos originários da República da Hungria

Redução do direito nivelador de 60 %

(em toneladas)

Número de grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996	
1	0207 10 51 0207 10 55 0207 23 11 0207 10 59 0207 23 19	850	1 810	3 070	
2	ex 0207 39 55 (a) ex 0207 43 15 (a) ex 0207 39 73 (a) ex 0207 43 53 (a) ex 0207 39 77 (a) ex 0207 43 63 (a)	850	1 030	1 090	
3	0207 10 71 0207 23 51 0207 10 79 0207 23 59 0207 39 53 0207 43 11 0207 39 61 0207 43 23 ex 0207 39 65 (b) ex 0207 43 31 (b) ex 0207 39 67 (b) ex 0207 43 41 (b) 0207 39 71 0207 43 51 0207 39 75 0207 43 61 ex 0207 39 81 (b) ex 0207 43 71 (b)	15 000	16 850	18 050	
4	0207 10 15 0207 21 10 0207 10 19 0207 21 90	14 000	antiga repartição 15 000	nova repartição de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1995 4 : 20 220 (15 382,8)	
5	0207 39 21 0207 41 41	4 400	4 700		
6	0207 39 23 0207 41 51	5 050	5 450		
7	0207 39 11 0207 41 10	4 000	4 300	7 700 5 550	8 400
8	0207 39 41 0207 42 41	1 800	1 900		2 050
9	0207 39 31 0207 42 10	1 800	1 900		2 050
10	ex 0407 00	1 250	1 350		1 450
11	0408 91 10	250	270		290

(a) Pedacos de patos.

(b) Pedacos de gansos.

B. Produtos originários da Polónia

I. Redução do direito nivelador de 50 %

(em toneladas)

Número de grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
12	0207 10 51 0207 10 55 0207 23 11 0207 10 59 0207 23 19 ex 0207 39 55 (a) ex 0207 43 15 (a) ex 0207 39 73 (a) ex 0207 43 53 (a) ex 0207 39 77 (a) ex 0207 43 63 (a)	1 100	1 206	1 314
13	0105 99 20 0207 10 71 0207 10 79 0207 23 51 0207 23 59 0207 39 53 0207 43 11 0207 39 61 0207 43 23 ex 0207 39 65 (b) ex 0207 43 31 (b) ex 0207 39 67 (b) ex 0207 43 41 (b) 0207 39 71 0207 43 51 0207 39 75 0207 43 61 ex 0207 39 81 (b) ex 0207 43 71 (b) ex 0207 39 85 (b) ex 0207 43 90 (b)	14 900	16 240	17 340

(a) Pedações de patos.

(b) Pedações de gansos.

II. Redução do direito nivelador de 60 %

(em toneladas)

Número de grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
14	0105 91 00 0207 10 11 0207 10 15 0207 10 19 0207 21 10 0207 21 90	3 000	3 250	3 500

(em toneladas)

Número de grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
15	0207 39 11 0207 39 13 0207 39 15 0207 39 17 0207 39 21 0207 39 23 0207 39 27 0207 41 10 0207 41 11 0207 41 21 0207 41 31 0207 41 41 0207 41 51 0207 41 71 0207 41 90	4 200	4 550	4 900
16	0105 99 30 0207 10 31 0207 10 39 0207 22 10 0207 22 90 0207 39 31 0207 39 33 0207 39 35 0207 39 37 0207 39 41 0207 39 43 0207 39 45 0207 39 47 0207 39 51 0207 42 10 0207 42 11 0207 42 21 0207 42 31 0207 42 41 0207 42 51 0207 42 59 0207 42 71	1 200	1 300	1 400
17	ex 0407 00	1 300	1 400	1 500
18	0408 91 10 0408 99 10 (c)	190	200	220

(c) Em ovo inteiro seco equivalente (1 kg de ovo líquido = 0,26 kg de ovo inteiro seco).

C. Produtos originários da República Checa**I. Redução do direito nivelador de 50 %***(em toneladas)*

Número de grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
19	0207 10 51 0207 10 55 0207 23 11 0207 10 59 0207 23 19 ex 0207 39 55 (a) ex 0207 43 15 (a) ex 0207 39 73 (a) ex 0207 43 53 (a) ex 0207 39 77 (a) ex 0207 43 63 (a)	185	260	355

(Em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
20	0207 10 71 0207 23 51 0207 10 79 0207 23 59 0207 39 53 0207 43 11 0207 39 61 0207 43 23 ex 0207 39 65 (b) ex 0207 43 31 (b) ex 0207 39 67 (b) ex 0207 43 41 (b) 0207 39 71 0207 43 51 0207 39 75 0207 43 61 ex 0207 39 81 (b) ex 0207 43 71 (b)	1 060	1 140	1 220

- (a) Pedacos de patos.
(b) Pedacos de gansos.

II. Redução do direito nivelador de 60 %

(Em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
21	0207 10 11 0207 10 15 0207 21 10 0207 10 19 0207 21 90	1 430	1 540	1 650
22	0207 39 21 0207 41 41 0207 39 23 0207 41 51	830	890	950
23	0207 39 11 0207 41 10	1 900	2 060	2 210
24	0207 22 10 0207 22 90 0207 39 31 0207 39 41 0207 42 10 0207 42 41	220	230	250
25	ex 0407 00	4 200	4 530	4 870
26	0408 11 80 (c) 0408 19 81 0408 19 89	260	270	300
27	0408 91 80 0408 99 80 (d)	1 700	1 840	1 970

- (c) Em gema de ovo líquida equivalente (1 kg de gema de ovo seca = 2,12 kg de gema de ovo líquida).
(d) Em ovo inteiro líquido equivalente (1 kg de ovo inteiro seco = 3,9 kg de ovo inteiro líquido).

D. Produtos originários da República Eslovaca

I. Redução do direito nivelador de 50 %

(Em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
28	0207 10 51 0207 10 55 0207 23 11 0207 10 59 0207 23 19 ex 0207 39 55 (a) ex 0207 43 15 (a) ex 0207 39 73 (a) ex 0207 43 53 (a) ex 0207 39 77 (a) ex 0207 43 63 (a)	140	180	230
29	0207 10 71 0207 23 51 0207 10 79 0207 23 59 0207 39 53 0207 43 11 0207 39 61 0207 43 23 ex 0207 39 65 (b) ex 0207 43 31 (b) ex 0207 39 67 (b) ex 0207 43 41 (b) 0207 39 71 0207 43 51 0207 39 75 0207 43 61 ex 0207 39 81 (b) ex 0207 43 71 (b)	240	260	280

(a) Pedacos de patos.

(b) Pedacos de gansos.

II. Redução do direito nivelador de 60 %

(Em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
30	0207 10 11 0207 10 15 0207 21 10 0207 10 19 0207 21 90	1 070	1 160	1 250
31	0207 39 21 0207 41 41 0207 39 23 0207 41 51	470	510	550

(Em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1994	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996
32	0207 39 11 0207 41 10	600	640	690
33	0207 22 10 0207 22 90 0207 39 31 0207 39 41 0207 42 10 0207 42 41	380	420	450
34	ex 0407 00	2 100	2 270	2 430
35	0408 11 80 (c) 0408 19 81 0408 19 89	120	130	140
36	0408 91 80 0408 99 80 (d)	850	910	980

(c) Em gema de ovo líquida equivalente (1 kg de gema de ovo seca = 2,12 kg de gema de ovo líquida).

(d) Em ovo inteiro líquido equivalente (1 kg de ovo inteiro seco = 3,9 kg de ovo inteiro líquido).*

ANEXO II

« ANEXO I

A. Produtos originários da Bulgária

I. Redução dos direitos niveladores de 50 %

(em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996	1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997
37	0207 10 51 0207 10 55 0207 10 59 0207 23 11 0207 23 19 ex 0207 39 55 ex 0207 43 15 ex 0207 39 73 ex 0207 43 53 ex 0207 39 77 ex 0207 43 63	142,5	152,5	150
38	0207 10 71 0207 10 79 0207 23 51 0207 23 59 0207 39 53 0207 43 11 0207 39 61 0207 43 23 ex 0207 39 65 ex 0207 43 31 ex 0207 39 67 ex 0207 43 41 0207 39 71 0207 43 51 0207 39 75 0207 43 61 ex 0207 39 81 ex 0207 43 71 ex 0207 39 85 ex 0207 43 90	569,5	610,5	614

II. Redução dos direitos niveladores de 60 %

(em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996	1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997
39	0207 21 10 0207 21 90	1 573,6	1 673,6	1 773,6
40	ex 0408 91 80 0408 99 80	290,8	310,8	330,8

B. Produtos originários da Roménia

I. Redução dos direitos niveladores de 50 %

(em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996	1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997
42	0207 10 79 0207 23 51 0207 23 59 0207 39 53 0207 43 11 0207 39 61 0207 43 23 ex 0207 39 65 ex 0207 43 31 ex 0207 39 67 ex 0207 43 41 0207 39 71 0207 43 51 0207 39 75 0207 43 61 ex 0207 39 81 ex 0207 43 71 ex 0207 39 85 ex 0207 43 90	193	203	163

II. Redução dos direitos niveladores de 60 %

(em toneladas)

Número do grupo	Código NC	1 de Julho de 1994 a 30 de Junho de 1995	1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996	1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997
43	0207 10 19 0207 21 90 0207 41 51 0207 41 71 0207 41 90	1 022,2	1 092,2	1 162,2

ANEXO III

(em toneladas)

Grupo	Quantidade total disponível para o período de 1 de Abril a 30 de Junho de 1995
1	1 036,50
2	347,50
4	11 889,41
7	2 775,00
8	1 104,44
9	475,00
10	1 181,24
11	270,00
12	186,00
14	3 370,00
15	4 250,00
16	840,00
17	1 400,00
18	200,00
19	90,00
21	407,20
22	727,89
23	1 779,85
24	91,61
25	3 254,77
26	216,00
27	1 535,56
28	75,00
30	745,54
31	417,11
32	564,15
33	265,89
34	1 691,11
35	104,00
36	759,44
37	32,50
38	262,86
39	1 350,00
40	247,00
43	571,52

REGULAMENTO (CE) Nº 482/95 DA COMISSÃO
de 3 de Março de 1995

que o altera Regulamento (CE) nº 1222/94, que estabelece, para certos produtos agrícolas exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo II do Tratado, as regras relativas à concessão das restituições à exportação e os critérios de fixação do seu montante

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3290/94 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1994, relativo às adaptações e medidas transitórias necessárias no sector da agricultura para a execução dos acordos concluídos no âmbito das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round»⁽¹⁾, e, nomeadamente, o artigo 3º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3448/93 do Conselho, de 6 de Dezembro de 1993, que estabelece o regime de trocas aplicável a certas mercadorias que resultam da transformação de produtos agrícolas⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 8º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1222/94 da Comissão, de 30 de Março de 1994, que estabelece, para certos produtos agrícolas exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo II do Tratado, as regras relativas à concessão das restituições à exportação e os critérios de fixação do seu montante⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2296/94⁽⁴⁾, prevê no nº 2, terceiro parágrafo, do artigo 5º, que a taxa de restituição prefixada é ajustada segundo regras idênticas às aplicáveis em matéria de prefixação das restituições relativas aos produtos de base exportados em natureza;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo à organização comum dos mercados no sector dos cereais⁽⁵⁾, bem como o Regulamento (CEE) nº 1418/76 do Conselho, de 21 de Junho de 1976, relativo à organização comum dos mercados no sector do arroz⁽⁶⁾, com a última alteração que lhes foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3290/94, prevêem desde já o ajustamento das restituições com base

no preço de intervenção; que, todavia, esta alteração é apenas de aplicação a partir de 1 de Julho de 1995;

Considerando que não estão previstas regras relativas ao ajustamento da taxa de restituição dos certificados para os produtos de base emitidos antes de 1 de Julho de 1995 e utilizados depois desta data: que, em consequência, é conveniente definir estas regras relativamente às exportações sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo II do Tratado;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão das questões horizontais relativas às trocas de produtos agrícolas transformados fora do anexo II,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

No nº 2 do artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1222/94 após o terceiro parágrafo é acrescentado o parágrafo seguinte:

«Todavia, no que diz respeito aos certificados que incluam a prefixação da taxa de restituição, emitidos antes de 1 de Julho de 1995, no que se refere aos cereais ou antes de 1 de Setembro de 1995, no que se refere ao arroz e utilizados respectivamente a partir das datas citadas, o ajustamento da taxa de restituição é efectuado depois de comparar o preço de intervenção aplicável no dia da emissão do certificado com o preço de intervenção aplicável no dia da aceitação da declaração de exportação ou no dia referido no nº 2 do artigo 26º do Regulamento (CEE) nº 3665/87.»

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Julho de 1995.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Martin BANGEMANN

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

⁽²⁾ JO nº L 318 de 20. 12. 1993, p. 18.

⁽³⁾ JO nº L 136 de 31. 5. 1994, p. 5.

⁽⁴⁾ JO nº L 249 de 24. 9. 1994, p. 9.

⁽⁵⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽⁶⁾ JO nº L 166 de 25. 6. 1976, p. 1.

REGULAMENTO (CE) Nº 483/95 DA COMISSÃO

de 3 de Março de 1995

que altera o Regulamento (CE) nº 2814/94 que fixa o coeficiente uniforme de redução para a determinação da quantidade de bananas a atribuir aos operadores da categoria C no âmbito do contingente pautal para 1995

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 404/93 do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1993, que estabelece a organização comum de mercado no sector das bananas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3290/94 ⁽²⁾,Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1442/93 da Comissão, de 10 de Junho de 1993, que estabelece normas de execução do regime de importação de bananas na comunidade ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 478/95 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 4º,Considerando que o Regulamento (CE) nº 2814/94 da Comissão ⁽⁵⁾ estabelece a percentagem uniforme de redução a aplicar às quantidades pedidas por cada operador da categoria C no âmbito de um contingente pautal de dois milhões de toneladas; que o contingente pautal para 1995 se encontra actualmente fixado em 2 200 000 toneladas;

que é, por conseguinte, conveniente alterar o coeficiente uniforme de redução para a determinação dos direitos dos operadores da categoria C estabelecidos na Comunidade, na sua composição em 31 de Dezembro de 1994;

Considerando que é conveniente prever a aplicação imediata das disposições do presente regulamento, para que os operadores delas possam beneficiar o mais rapidamente possível,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

No artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 2814/94, o coeficiente « 0,000647397 » é substituído por « 0,000712137 ».

*Artigo 2º*O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO nº L 47 de 25. 2. 1993, p. 1.⁽²⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.⁽³⁾ JO nº L 142 de 12. 6. 1993, p. 6.⁽⁴⁾ Ver página 13 do presente Jornal Oficial.⁽⁵⁾ JO nº L 298 de 19. 11. 1994, p. 25.

REGULAMENTO (CE) Nº 484/95 DA COMISSÃO

de 3 de Março de 1995

que altera o Regulamento (CE) nº 2947/94, que fixa o coeficiente uniforme de redução para a determinação da quantidade de bananas a atribuir a cada operador das categorias A e B no âmbito do contingente pautal para 1995

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 404/93 do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1993, que estabelece a organização comum de mercado no sector das bananas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3290/94 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 20º,Considerando que o Regulamento (CE) nº 2947/94 da Comissão ⁽³⁾, em aplicação do artigo 6º do Regulamento (CEE) nº 1442/93 da Comissão ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 478/95 ⁽⁵⁾, fixou, para cada uma das categorias de operadores estabelecidos na Comunidade na sua composição em 31 de Dezembro de 1994, o coeficiente uniforme de redução a aplicar às quantidades de referência dos operadores para determinar as quantidades provisórias que lhes serão atribuídas a título de 1995, no âmbito de um contingente pautal de dois milhões de toneladas;

Considerando que o contingente pautal para 1995 se encontra actualmente fixado em 2 200 000 toneladas; que é, por conseguinte, conveniente alterar os coeficientes fixados pelo Regulamento (CE) nº 2947/94;

Considerando que é conveniente prever a aplicação imediata das disposições do presente regulamento, para que os operadores delas possam beneficiar o mais rapidamente possível;

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

Considerando que o Comité de gestão das bananas não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

Os coeficientes constantes do primeiro e segundo travessões do artigo 1º do Regulamento (CE) nº 2947/94 são substituídos pelos coeficientes seguintes :

- para os operadores da categoria A estabelecidos na Comunidade na sua composição em 31 de Dezembro de 1994 : « 0,553646 »,
- para os operadores da categoria B estabelecidos na Comunidade na sua composição em 31 de Dezembro de 1994 : « 0,473009 ».

Artigo 2º

Os Estados-membros implicados comunicarão, o mais rapidamente possível, a cada operador registado junto das suas autoridades competentes a respectiva quantidade de referência, corrigida por aplicação do coeficiente fixado no artigo 1º.

*Artigo 3º*O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.⁽¹⁾ JO nº L 47 de 25. 2. 1993, p. 1.⁽²⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.⁽³⁾ JO nº L 310 de 3. 12. 1994, p. 62.⁽⁴⁾ JO nº L 142 de 12. 6. 1993, p. 6.⁽⁵⁾ Ver página 13 do presente Jornal Oficial.

REGULAMENTO (CE) Nº 485/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que altera o Regulamento (CE) nº 1080/94 no que respeita à abertura de um concurso permanente para a exportação de centeio na posse do organismo de intervenção alemão

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, e, nomeadamente, os seus artigos 5º e 13º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2131/93 da Comissão⁽²⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 120/94⁽³⁾, fixa os processos e as condições de venda dos cereais na posse dos organismos de intervenção;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1080/94 da Comissão⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3154/94⁽⁵⁾, abriu um concurso permanente para a exportação de centeio na posse do organismo de intervenção alemão;

Considerando que devem ser fixadas regras especiais para garantir a regularidade das operações e o respectivo controlo;

Considerando que, para o efeito, os Estados-membros devem prever todas as medidas complementares, compatíveis com as disposições em vigor, a fim de assegurar a boa execução da acção prevista e a informação da Comissão;

Considerando, por conseguinte, que é conveniente completar o dispositivo de controlo com a possibilidade de colheita de amostras contraditórias;

Considerando que o respeito do método do Regulamento (CEE) nº 689/92 da Comissão⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2204/94⁽⁷⁾, embora viável no momento da entrega dos cereais para intervenção, se revela, aquando do levantamento destes, pouco adequado, atendendo às actuais técnicas de colheita de amostras; que, portanto, é conveniente deixar de o utilizar como referência;

Considerando que, à luz da experiência adquirida, as medidas previstas no artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1080/94 correspondem aos objectivos de controlo mas implicam atrasos excessivos, dificilmente compatíveis com a execução das operações de exportação; que, por conseguinte, é conveniente alterar a frequência da colheita de amostras e fixar o prazo para as análises, continuando a respeitar os objectivos de controlo;

Considerando que, além disso, já foram concluídas, ou estão em vias de conclusão, operações comerciais de exportação de centeio; que é necessário garantir uma execução adequada dessas operações para beneficiar das oportunidades de mercado actualmente existentes no mercado mundial;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1080/94 passa a ter a seguinte redacção:

« Artigo 5º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade:

a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas;

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 191 de 31. 7. 1993, p. 76.

⁽³⁾ JO nº L 21 de 26. 1. 1994, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 120 de 11. 5. 1994, p. 18.

⁽⁵⁾ JO nº L 332 de 22. 12. 1994, p. 38.

⁽⁶⁾ JO nº L 74 de 20. 3. 1992, p. 18.

⁽⁷⁾ JO nº L 236 de 10. 9. 1994, p. 13.

b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até :

— 1 quilograma por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 68 quilogramas por hectolitro,

— um ponto percentual para o teor de humidade,

— meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92

e

— meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar as percentagens admissíveis para os grãos prejudiciais e a gragem,

o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :

— aceitar o lote com as características verificadas
ou

— recusar-se a tomar a carga o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de centeio de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do

facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV ;

d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao levantamento do lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de centeio de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV.

2. No entanto, se o levantamento do centeio ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo do adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV. ».

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável no que respeita às quantidades de centeio não levantadas no âmbito do concurso aberto pelo Regulamento (CE) nº 1080/94.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 486/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que altera o Regulamento (CE) nº 2458/94, relativo à abertura de concursos permanentes para a venda de trigo mole panificável na posse dos organismos de intervenção francês e alemão, destinado à exportação para determinados países ACP durante a campanha de 1994/1995

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, e, nomeadamente, os seus artigos 5º e 13º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2131/93 da Comissão⁽²⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 120/94⁽³⁾, fixa os processos e as condições de venda dos cereais na posse dos organismos de intervenção;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 2458/94⁽⁴⁾, abriu concursos permanentes para a venda de trigo mole panificável na posse do organismo de intervenção francês e alemão, destinado à exportação para determinados países ACP durante a campanha de 1994/1995;

Considerando que devem ser fixadas regras especiais para garantir a regularidade das operações e o respectivo controlo;

Considerando que, para o efeito, os Estados-membros devem prever todas as medidas complementares, compatíveis com as disposições em vigor, a fim de assegurar a boa execução da acção prevista e a informação da Comissão;

Considerando, por conseguinte, que é conveniente completar o dispositivo de controlo com a possibilidade de colheita de amostras contraditórias;

Considerando que o respeito do método do Regulamento (CEE) nº 689/92 da Comissão⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2204/94⁽⁶⁾, embora viável no momento da entrega dos cereais para intervenção, se revela, aquando do levantamento destes, pouco adequado, atendendo às actuais técnicas de colheita de amostras; que, portanto, é conveniente deixar de o utilizar como referência;

Considerando que, à luz da experiência adquirida, as medidas previstas no artigo 6º do Regulamento (CE) nº 2458/94 correspondem aos objectivos do controlo mas

implicam atrasos excessivos, dificilmente compatíveis com a execução das operações de exportação; que, por conseguinte, é conveniente alterar a frequência da colheita de amostras e fixar o prazo para as análises, continuando a respeitar os objectivos de controlo;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O artigo 6º do Regulamento (CE) nº 2458/94 passa a ter a seguinte redacção:

« Artigo 6º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade:

- a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas;
- b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até:

— 2 quilogramas por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 72 quilogramas por hectolitro,

— um ponto percentual para o teor de humidade,

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 191 de 31. 7. 1993, p. 76.

⁽³⁾ JO nº L 21 de 26. 1. 1994, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 262 de 12. 10. 1994, p. 21.

⁽⁵⁾ JO nº L 74 de 20. 3. 1992, p. 18.

⁽⁶⁾ JO nº L 236 de 10. 9. 1994, p. 13.

- vinte pontos percentuais para o índice da queda de Hagberg,
 - um ponto percentual para o teor de proteínas,
 - meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92 e
 - meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar as percentagens admissíveis para os grãos prejudiciais e a gravagem,
- o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;
- c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :
- aceitar o lote com as características verificadas ou
 - recusar-se a tomar a carga o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo V ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de trigo mole panificável de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo V ;
- d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao levantamento do lote em causa. O adjudicatário só

fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo V ; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de trigo mole panificável de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo V.

2. No entanto, se o levantamento do trigo mole panificável ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo do adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo V. ».

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável no que respeita às quantidades de trigo mole panificável não levantadas no âmbito dos concursos abertos pelo Regulamento (CE) nº 2458/94.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 487/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que altera os Regulamentos (CE) nº 1077/94 e (CE) nº 1078/94, relativos à abertura de concursos permanentes para a exportação de trigo mole panificável armazenado, respectivamente, pelos organismos de intervenção francês e alemão

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, e, nomeadamente, os seus artigos 5º e 13º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2131/93 da Comissão⁽²⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 120/94⁽³⁾, fixa os processos e as condições de venda dos cereais na posse dos organismos de intervenção;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1077/94 da Comissão⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2981/94⁽⁵⁾, abriu um concurso permanente para a exportação de trigo mole panificável na posse do organismo de intervenção francês;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1078/94 da Comissão⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3031/94⁽⁷⁾, abriu um concurso permanente para a exportação de trigo mole panificável na posse do organismo de intervenção alemão;

Considerando que devem ser fixadas regras especiais para garantir a regularidade das operações e o respectivo controlo;

Considerando que, para o efeito, os Estados-membros devem prever todas as medidas complementares, compatíveis com as disposições em vigor, a fim de assegurar a boa execução da acção prevista e a informação da Comissão;

Considerando, por conseguinte, que é conveniente completar o dispositivo de controlo com a possibilidade de colheita de amostras contraditórias;

Considerando que o método do Regulamento (CEE) nº 689/92 da Comissão⁽⁸⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2204/94⁽⁹⁾, embora viável no momento da entrega dos cereais para intervenção, se revela, aquando do levantamento destes, pouco adequado, atendendo às actuais técnicas de colheita de amostras; que, portanto, é conveniente deixar de o utilizar como referência;

Considerando que, à luz da experiência adquirida, as medidas previstas no artigo 5º dos Regulamentos (CE) nº 1077/94 e (CE) nº 1078/94 correspondem aos objectivos de controlo mas implicam atrasos excessivos, dificilmente compatíveis com a execução das operações de exportação; que, por conseguinte, é conveniente alterar a frequência da colheita de amostras e fixar o prazo para as análises, continuando a respeitar os objectivos de controlo;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1077/94 passa a ter a seguinte redacção:

« Artigo 5º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade:

- a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas;
- b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até:

(1) JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

(2) JO nº L 191 de 31. 7. 1993, p. 76.

(3) JO nº L 21 de 26. 1. 1994, p. 1.

(4) JO nº L 120 de 11. 5. 1994, p. 9.

(5) JO nº L 315 de 8. 12. 1994, p. 4.

(6) JO nº L 120 de 11. 5. 1994, p. 12.

(7) JO nº L 320 de 13. 12. 1994, p. 10.

(8) JO nº L 74 de 20. 3. 1992, p. 18.

(9) JO nº L 236 de 10. 9. 1994, p. 13.

- 2 quilogramas por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 72 quilogramas por hectolitro,
- um ponto percentual para o teor de humidade,
- vinte pontos percentuais para o índice da queda de Hagberg,
- um ponto percentual para o teor de proteínas,
- meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92 e
- meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar as percentagens admissíveis para os grãos prejudiciais e a gravagem,

o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

- c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :

— aceitar o lote com as características verificadas

ou

— recusar-se a tomar a carga o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de trigo mole panificável de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV ;

- d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao levantamento do lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de trigo mole panificável de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido do adjudicatário.

O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV.

2. No entanto, se o levantamento do trigo mole panificável ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo do adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV. ».

Artigo 2º

O artigo 5º do Regulamento (CE) nº 1078/94 passa a ter a seguinte redacção :

« Artigo 5º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade :

a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até :

— 2 quilogramas por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 72 quilogramas por hectolitro,

— um ponto percentual para o teor de humidade,

— vinte pontos percentuais para o índice da queda de Hagberg,

- un ponto percentual para o teor de proteínas,
- meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92
- e
- meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar as percentagens admissíveis para os grãos prejudiciais e a gravagem,

o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

- c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :

— aceitar o lote com as características verificadas
ou

— recusar-se a tomar a carga o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de trigo mole panificável de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV ;

- d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao

levantamento do lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de trigo mole panificável de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV.

2. No entanto, se o levantamento do trigo mole panificável ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo de adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV. ».

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável no que respeita às quantidades de trigo mole panificável não levantadas no âmbito do concurso abertos pelos Regulamentos (CE) nº 1077/94 e (CE) nº 1078/94.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 488/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que altera os Regulamentos (CE) nº 953/94, (CE) nº 2162/94 e (CE) nº 2477/94 relativos à abertura de concursos permanentes para a exportação de cevada armazenada, respectivamente, pelos organismos de intervenção alemão, francês e do Reino Unido

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, e, nomeadamente, os seus artigos 5º e 13º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2131/93 da Comissão⁽²⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 120/94⁽³⁾, fixa os processos e as condições de venda dos cereais na posse dos organismos de intervenção;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 953/94 da Comissão⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 96/95⁽⁵⁾, abriu um concurso permanente para a exportação de cevada na posse do organismo de intervenção alemão;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 2162/94 da Comissão⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3153/94⁽⁷⁾, abriu um concurso permanente para a exportação de cevada na posse do organismo de intervenção do Reino Unido;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 2477/94 da Comissão⁽⁸⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2981/94⁽⁹⁾, abriu um concurso permanente para a exportação de cevada na posse do organismo de intervenção francês;

Considerando que devem ser fixadas regras especiais para garantir a regularidade das operações e o respectivo controlo;

Considerando que, para o efeito, os Estados-membros devem prever todas as medidas complementares, compatíveis com as disposições em vigor, a fim de assegurar a boa execução da acção prevista e a informação da Comissão;

Considerando, por conseguinte, que é conveniente completar o dispositivo de controlo com a possibilidade de colheita de amostras contraditórias;

Considerando que as medidas previstas no artigo 5º do Regulamento (CE) nº 953/94 e no artigo 6º dos Regula-

mentos (CE) nº 2162/94 e (CE) nº 2477/94 eram necessárias para garantir as entregas de cevada na Arábia Saudita num prazo muito curto e antes de 31 de Dezembro de 1994; que, de momento, essas entregas já terminaram; que, não obstante, estão em curso outras entregas com outros destinos; que, por conseguinte, é conveniente harmonizar os métodos das análises contraditórias nos diferentes concursos;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O artigo 5º do Regulamento (CE) nº 953/94 passa a ter a seguinte redacção:

« Artigo 5º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade:

- a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas;
- b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até:

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 191 de 31. 7. 1993, p. 76.

⁽³⁾ JO nº L 21 de 26. 1. 1994, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 108 de 29. 4. 1994, p. 4.

⁽⁵⁾ JO nº L 16 de 24. 1. 1995, p. 1.

⁽⁶⁾ JO nº L 230 de 3. 9. 1994, p. 3.

⁽⁷⁾ JO nº L 332 de 22. 12. 1994, p. 36.

⁽⁸⁾ JO nº L 264 de 14. 10. 1994, p. 11.

⁽⁹⁾ JO nº L 315 de 8. 12. 1994, p. 4.

- 2 quilogramas por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 60 quilogramas por hectolitro,
- um ponto percentual para o teor de humidade,
- meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92 e
- meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar a percentagem admissível para os grãos prejudiciais,

o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :

- aceitar o lote com as características verificadas ou
- recusar-se a tomar a carga o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de cevada de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV ;

d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao levantamento do lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de cevada de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV.

2. No entanto, se o levantamento da cevada ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo do adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV. ».

Artigo 2º

O artigo 6º do Regulamento (CE) nº 2162/94 passa a ter a seguinte redacção :

« Artigo 6º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade :

a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até :

- 2 quilogramas por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 60 quilogramas por hectolitro,
- um ponto percentual para o teor de humidade,
- meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92 e

— meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar a percentagem admissível para os grãos prejudiciais,

o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :

— aceitar o lote com as características verificadas ou

— recusar-se a tomar a cargo o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de cevada de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV ;

d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao levantamento do lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de cevada de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido de adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV.

2. No entanto, se o levantamento da cevada ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo do adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV. »

Artigo 3º

O artigo 6º do Regulamento (CE) nº 2477/94 passa a ter a seguinte redacção :

« Artigo 6º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade :

a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até :

— 2 quilogramas por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 60 quilogramas por hectolitro,

— um ponto percentual para o teor de humidade,

— meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, e

— meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar a percentagem admissível para os grãos prejudiciais,

o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :

— aceitar o lote com as características verificadas ou

— recusar-se a tomar a cargo o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de cevada de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido

do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV;

d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao levantamento do lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de cevada de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido de adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV.

2. No entanto, se o levantamento da cevada ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo do adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual

recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV. ».

Artigo 4º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável no que respeita às quantidades de cevada não levantadas no âmbito dos concursos abertos pelos Regulamentos (CE) nº 953/94, (CE) nº 2162/94 e (CE) nº 2477/94.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 489/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que altera o Regulamento (CE) nº 2668/94 no que respeita à abertura de um concurso permanente para exportação para a Argélia de trigo duro na posse do organismo de intervenção italiano, sob a forma de sêmola de trigo duro

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, e, nomeadamente, o seu artigo 5º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2131/93 da Comissão ⁽²⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 120/94 ⁽³⁾, fixa os processos e as condições de venda dos cereais na posse dos organismos de intervenção;

Considerando que o Regulamento (CE) nº 2668/94 ⁽⁴⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 3222/94 ⁽⁵⁾, permitiu ao organismo de intervenção italiano abrir um concurso relativo ao trigo duro, com vista à sua exportação, sob a forma de sêmola de trigo duro, para a Argélia;

Considerando que devem ser fixadas regras especiais para garantir a regularidade das operações e o respectivo controlo;

Considerando que, para o efeito, os Estados-membros devem prever todas as medidas complementares, compatíveis com as disposições em vigor, a fim de assegurar a boa execução da acção prevista e a informação da Comissão;

Considerando, por conseguinte, que é conveniente completar o dispositivo de controlo com a possibilidade de colheita de amostras contraditórias;

Considerando que o respeito do método do Regulamento (CEE) nº 689/92 da Comissão ⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2204/94 ⁽⁷⁾, embora viável no momento da entrega dos cereais para intervenção, se revela, aquando do levantamento destes, pouco adequado, atendendo às actuais técnicas de colheita de amostras; que, portanto, é conveniente deixar de o utilizar como referência;

Considerando que, à luz da experiência adquirida, as medidas previstas no artigo 9º do Regulamento (CE)

nº 2668/94 correspondem aos objectivos do controlo mas implicam atrasos excessivos, dificilmente compatíveis com a execução das operações de exportação; que, por conseguinte, é conveniente alterar a frequência da colheita de amostras e fixar o prazo para as análises, continuando a respeitar os objectivos de controlo;

Considerando que o Comité de gestão dos cereais não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O artigo 9º do Regulamento (CE) nº 2668/94 passa a ter a seguinte redacção:

« Artigo 9º

1. O organismo de intervenção, o armazenista e o adjudicatário, se este o desejar, procederão de comum acordo, antes do levantamento do lote adjudicado ou aquando da saída do armazém segundo a vontade do adjudicatário, a colheitas de amostras contraditórias, de acordo com a frequência de, pelo menos, uma colheita por cada 500 toneladas, bem como à análise dessas amostras. O organismo de intervenção pode ser representado por um mandatário, desde que este não seja o armazenista.

Os resultados das análises serão comunicados à Comissão no prazo de três dias.

A colheita de amostras contraditórias e a respectiva análise serão realizadas no prazo de sete dias úteis, a contar do pedido do adjudicatário ou de três dias úteis se a colheita de amostras for realizada à saída do silo. Se o resultado final das análises realizadas com essas amostras indicar uma qualidade:

- a) Superior à descrita no anúncio de concurso, o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas;
- b) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção, mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso, permanecendo no entanto no interior de um intervalo que pode ir até:

— 2 quilogramas por hectolitro para o peso específico, sem ser inferior a 76 quilogramas por hectolitro,

— um ponto percentual para o teor de humidade,

— vinte pontos percentuais para o índice da queda de Hagberg,

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 191 de 31. 7. 1993, p. 76.

⁽³⁾ JO nº L 21 de 26. 1. 1994, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 284 de 1. 11. 1994, p. 45.

⁽⁵⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 65.

⁽⁶⁾ JO nº L 74 de 20. 3. 1992, p. 18.

⁽⁷⁾ JO nº L 236 de 10. 9. 1994, p. 13.

- dez pontos percentuais para os grãos bragados,
- dois pontos percentuais para a taxa de grãos partidos, sem ser superior a 9 %,
- um ponto percentual para o teor de proteínas,
- meio ponto percentual para as impurezas referidas, respectivamente, nos pontos B.2, B.3 e B.4 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92 e
- meio ponto percentual para as impurezas referidas no ponto B.5 do anexo do Regulamento (CEE) nº 689/92, sem no entanto alterar as percentagens admissíveis para os grãos prejudiciais e a gravagem,

o adjudicatário deve aceitar o lote com as características verificadas ;

- c) Superior às características mínimas exigíveis para intervenção mas inferior à qualidade descrita no anúncio de concurso e que indique uma diferença para além do intervalo referido na alínea b), o adjudicatário pode :

- aceitar o lote com as características verificadas ou
- recusar-se a tomar a cargo o lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, se solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça um outro lote de trigo duro de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer num prazo máximo de três dias após o pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV ;

- d) Inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, o adjudicatário não pode proceder ao levantamento do lote em causa. O adjudicatário só fica exonerado de todas as suas obrigações relativamente ao lote em causa, incluindo as cauções, depois de ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV ; no entanto, pode solicitar ao organismo de intervenção que lhe forneça outro lote de trigo duro de intervenção da qualidade prevista, sem despesas suplementares. Neste caso, a caução não será liberada. A substituição do lote deve ocorrer no prazo máximo de três dias a contar do pedido do adjudicatário. O adjudicatário informará do facto, no mais breve prazo, a Comissão, em conformidade com o anexo IV.

2. No entanto, se o levantamento do trigo duro ocorrer antes de conhecidos os resultados das análises, todos os riscos ficam a cargo do adjudicatário a partir do levantamento do lote, sem prejuízo do eventual recurso apresentado pelo adjudicatário em relação ao armazenista.

3. O adjudicatário, se no prazo máximo de um mês após o seu pedido de substituição, na sequência de substituições sucessivas, não tiver obtido um lote de substituição da qualidade prevista, ficará exonerado de todas as suas obrigações, incluindo as cauções, após ter informado, no mais breve prazo, a Comissão e o organismo de intervenção, em conformidade com o anexo IV. ».

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável no que respeita às quantidades de trigo duro não levantadas no âmbito do concurso aberto pelo Regulamento (CE) nº 2668/94.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 490/95 DA COMISSÃO

de 1 de Março de 1995

que altera os Regulamentos (CE) nº 953/94, (CE) nº 1077/94, (CE) nº 1078/94, (CE) nº 1080/94, (CE) nº 2162/94, (CE) nº 2458/94, (CE) nº 2477/94 e (CE) nº 2668/94, relativos à abertura de concursos permanentes para a exportação de cereais detidos por determinados organismos de intervenção

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, e, nomeadamente, o seu artigo 5º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2131/93 da Comissão⁽²⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 120/94⁽³⁾, fixa os processos e as condições de venda dos cereais detidos pelos organismos de intervenção;

Considerando que os Regulamentos (CE) nº 953/94⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 322/95⁽⁵⁾, (CE) nº 1077/94⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 300/95⁽⁷⁾, (CE) nº 1078/94⁽⁸⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3013/94⁽⁹⁾, (CE) nº 1080/94⁽¹⁰⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3154/94⁽¹¹⁾, (CE) nº 2162/94⁽¹²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3153/94⁽¹³⁾, (CE) nº 2458/94⁽¹⁴⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 2598/94⁽¹⁵⁾, (CE) nº 2477/94⁽¹⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2981/94⁽¹⁷⁾, e (CE) nº 2668/94⁽¹⁸⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 3222/94⁽¹⁹⁾, da Comissão, abriram concursos permanentes para a exportação de cereais detidos por determinados organismos de intervenção;

Considerando que foi introduzido, à saída dos armazéns de intervenção, um controlo sistemático das qualidades dos cereais destinados à exportação; que se apurou que, conforme os Estados-membros, as despesas de controlo são suportadas, ora pelo próprio Estado-membro, ora

pelos adjudicatários; que é necessária uma harmonização das práticas, a fim de assegurar a igualdade de tratamento dos operadores; que, por conseguinte, é conveniente que as despesas relativas à colheita de amostras e às análises sejam tomadas a cargo pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) sob determinadas condições, salvo se um lote for de qualidade inferior à exigível para intervenção, e que os regulamentos relativos aos concursos em causa sejam completados neste sentido;

Considerando que os Regulamentos (CE) nº 485/95⁽²⁰⁾, (CE) nº 486/95⁽²¹⁾, (CE) nº 487/95⁽²²⁾, (CE) nº 488/95⁽²³⁾, e (CE) nº 489/95⁽²⁴⁾ da Comissão modificaram certos aspectos do controlo sistemático mencionado acima a fim de tornar mais eficaz o sistema de controlo; que a tomada a cargo dos custos pelo FEOGA é importante para a boa aplicação do dispositivo; que as disposições previstas pelo presente regulamento devem entrar em vigor ao mesmo tempo que as modificações de controlo;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão dos cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Ao artigo 5º dos Regulamentos (CE) nº 1080/94, (CE) nº 953/94, (CE) nº 1077/94 e (CE) nº 1078/94, ao artigo 6º dos Regulamentos (CE) nº 2162/94, (CE) nº 2477/94 e (CE) nº 2458/94 e ao artigo 9º do Regulamento (CE) nº 2668/94, é aditado o seguinte número:

« 4. As despesas relativas à colheita de amostras e às análises mencionadas no nº 1, salvo daquelas em que o resultado final das análises indicar uma qualidade inferior às características mínimas exigíveis para intervenção, serão a cargo do FEOGA até ao limite de uma análise por cada 500 toneladas, com excepção das despesas de transilagem. As eventuais análises adicionais solicitadas pelo adjudicatário serão suportadas por este último. »

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 191 de 31. 7. 1993, p. 76.

⁽³⁾ JO nº L 21 de 26. 1. 1994, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 108 de 29. 4. 1994, p. 4.

⁽⁵⁾ JO nº L 37 de 17. 2. 1995, p. 6.

⁽⁶⁾ JO nº L 120 de 11. 5. 1994, p. 9.

⁽⁷⁾ JO nº L 35 de 15. 2. 1995, p. 9.

⁽⁸⁾ JO nº L 120 de 11. 5. 1994, p. 12.

⁽⁹⁾ JO nº L 320 de 13. 12. 1994, p. 10.

⁽¹⁰⁾ JO nº L 120 de 11. 5. 1994, p. 18.

⁽¹¹⁾ JO nº L 332 de 22. 12. 1994, p. 38.

⁽¹²⁾ JO nº L 230 de 3. 9. 1994, p. 3.

⁽¹³⁾ JO nº L 332 de 22. 12. 1994, p. 36.

⁽¹⁴⁾ JO nº L 262 de 12. 10. 1994, p. 21.

⁽¹⁵⁾ JO nº L 276 de 27. 10. 1994, p. 4.

⁽¹⁶⁾ JO nº L 264 de 14. 10. 1994, p. 11.

⁽¹⁷⁾ JO nº L 315 de 8. 12. 1994, p. 4.

⁽¹⁸⁾ JO nº L 284 de 1. 11. 1994, p. 45.

⁽¹⁹⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 65.

⁽²⁰⁾ Ver página 35 do presente Jornal Oficial.

⁽²¹⁾ Ver página 37 do presente Jornal Oficial.

⁽²²⁾ Ver página 39 do presente Jornal Oficial.

⁽²³⁾ Ver página 42 do presente Jornal Oficial.

⁽²⁴⁾ Ver página 46 do presente Jornal Oficial.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 491/95 DA COMISSÃO**de 3 de Março de 1995****que altera os Regulamentos (CEE) nº 3600/92 e (CE) nº 933/94, nomeadamente no que se refere à integração das entidades públicas designadas e dos produtores da Áustria, da Finlândia e da Suécia na execução da primeira fase do programa de trabalho referido no nº 2 do artigo 8º da Directiva 91/414/CEE do Conselho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 91/414/CEE do Conselho, de 15 de Julho de 1991, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 94/79/CE da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 2 do seu artigo 8º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3600/92 da Comissão, de 11 de Dezembro de 1992, que estabelece normas de execução para a primeira fase do programa de trabalho referido no nº 2 do artigo 8º da Directiva 91/414/CEE do Conselho relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado ⁽³⁾, e, nomeadamente, os nºs 2 e 5 do seu artigo 5º,

Considerando que a adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia à Comunidade Europeia veio criar um desequilíbrio no âmbito da responsabilidade assumida pelos Estados-membros como relatores para as 89 substâncias activas abrangidas pela primeira fase do programa de trabalho, respeitante à reavaliação das substâncias activas existentes no mercado dois anos após a data de notificação da Directiva 91/414/CEE; que, assim sendo, é necessário proceder a uma nova atribuição das substâncias activas, em conformidade com o nº 5 do artigo 5º do Regulamento (CEE) nº 3600/92; e que devem consequentemente ser alterados os anexos I e III do Regulamento (CE) nº 933/94 da Comissão, de 27 de Abril de 1994, que estabelece as substâncias activas dos produtos fitofarmacêuticos e designa os Estados-membros relatores com vista à aplicação do Regulamento (CEE) nº 3600/92 ⁽⁴⁾;

Considerando que o número de substâncias relativamente às quais haverá mudança do Estado-membro relator deve ser limitado ao mínimo necessário para garantir o equilíbrio das responsabilidades assumidas por cada um dos quinze Estados-membros;

Considerando, todavia, que ao proceder à redistribuição das substâncias deve atender-se à necessidade de confiar a avaliação de substâncias com propriedades semelhantes ao mesmo Estado-membro, bem como de garantir que, após

a redistribuição, todas as substâncias sejam examinadas por um Estado-membro relator designado que tenha permitido a substância;

Considerando que foi igualmente necessário ter em conta o facto de a preparação da avaliação de determinadas substâncias activas se encontrar já, segundo indicações de alguns Estados-membros, numa fase muito adiantada;

Considerando que, atendendo ao que precede, foi necessário proceder novamente à atribuição de uma substância aos Estados-membros da Comunidade Europeia, na sua composição em 31 de Dezembro de 1994;

Considerando que é necessário garantir que os notificantes das substâncias activas para as quais tenha havido mudança do Estado-membro relator beneficiem de uma tolerância no que se refere ao cumprimento dos prazos para a apresentação dos processos, sempre que possam comprovar que a referida mudança provocou um atraso na apresentação dos processos ao novo Estado-membro relator;

Considerando que é necessário determinar que o Estado-membro inicialmente designado como relator transmita toda a correspondência e informações recebidas na qualidade de Estado-membro relator ao Estado-membro recém-designado para essa função;

Considerando que deve ser dada, a todos os produtores (ou seja, fabricantes e importadores, para as substâncias produzidas fora da Comunidade) que possuam um escritório permanente no território de um dos Estados-membros aderentes, a oportunidade de participar no programa de pleno direito; que essa oportunidade não deve, no entanto, afectar o calendário de actividades inicialmente fixado;

Considerando que a participação dos notificantes no programa de trabalho implica um compromisso a longo prazo, que exige disposições específicas para os casos em que um notificante decida retirar a sua participação ou transferi-la para outro produtor; que tais transferências podem revestir especial interesse no caso de notificantes dos Estados-membros aderentes, que se viram inicialmente obrigados a participar por intermédio de um notificante dispendo, antes da adesão, de um escritório permanente num dos doze Estados-membros;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité fitossanitário permanente,

⁽¹⁾ JO nº L 230 de 19. 8. 1991, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 354 de 31. 12. 1994, p. 16.

⁽³⁾ JO nº L 366 de 15. 12. 1992, p. 10.

⁽⁴⁾ JO nº L 107 de 28. 4. 1994, p. 8.

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

O Regulamento (CEE) nº 3600/92 é alterado do seguinte modo :

1. No artigo 4º, é inserido a seguir ao nº 1 o seguinte número :

« 1a. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os produtores que disponham de um escritório permanente na Áustria, na Finlândia ou na Suécia podem notificar a Comissão até 30 de Abril de 1995. ».

2. O artigo 5º é alterado como segue :

a) Ao nº 5 é aditado o seguinte parágrafo :

« Caso tenha sido designado outro Estado-membro como relator, o Estado-membro relator inicial informará desse facto os notificantes interessados e transmitirá ao novo Estado-membro relator toda a correspondência e informações que tiver recebido na qualidade de Estado-membro relator para a substância activa em questão. » ;

b) É aditado um novo número, com a seguinte redacção :

« 6. Sempre que um notificante decida retirar a sua participação no programa de trabalho relativamente a uma substância activa, deve informar dessa sua decisão o Estado-membro relator, a Comissão e os demais notificantes para a substância em questão.

Sempre que um notificante decida, de comum acordo com outro produtor, que este passe a participar em seu lugar no programa de trabalho abrangido pelo presente regulamento, o notificante e esse outro produtor devem informar do facto o Estado-membro relator e a Comissão, através de uma declaração comum na qual afirmem concordar em que o novo produtor substitua o notificante inicial no cumprimento dos deveres de notificante, tal como definidos nos artigos 6º a 8º e garantam que os restantes notificantes para a substância em questão estão informados. ».

3. O nº 5, primeiro travessão, do artigo 6º, passa a ter a seguinte redacção :

« — tiver sido concedido um novo prazo para apresentação de um processo que preencha as condições definidas nos nºs 2 e 3 ; esse novo prazo só será concedido nos casos em que o atraso tenha sido comprovadamente causado pelos esforços realizados para apresentação de processos colectivos, pelo esforço adicional exigido ao(s) notificante(s) pela decisão de designar outro Estado-membro relator em conformidade com o nº 5 do artigo 5º ou por razões de força maior. ».

4. Ao nº 1, alínea a), do artigo 7º, é aditado o seguinte :

« todavia, a ordem pela qual os processos serão examinados não será afectada pela apresentação de processos pelos notificantes referidos no nº 1a do artigo 4º ; ».

Artigo 2º

O Regulamento (CE) nº 933/94 é alterado do seguinte modo :

1. Para as substâncias activas a seguir indicadas, mencionadas na coluna A do anexo I, os Estados-membros designados como relatores passam a ser os indicados na linha correspondente da coluna B do referido anexo :

A	B
Nome	Estado-membro relator
« Amitraze	Áustria
Lambda-cialotrina	Suécia
Delta-metrina	Suécia
Lindano	Áustria
Dinocape	Áustria
Propiconazol	Finlândia
Alacloro	Espanha
Etofumesato	Suécia
Desmedifame	Finlândia
Fenemedifame	Finlândia
Propizamida	Suécia
Piridato	Áustria »

2. É aditado ao anexo III o seguinte :

« ÁUSTRIA

Bundesministerium für Land- und Fortwirtschaft
p.a. Bundesamt und Forschungszentrum
für Landwirtschaft
Trunnerstraße 5
A-1020 Wien

FINLÂNDIA

Kasvintuotannon tarkastuskeskus
Torjunta-aineiden toimiala
PL 42
FIN-00501 Helsinki

SUÉCIA

Kemikalieinspektionen
P.O. Box 1384
S-17127 Solna »

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no sétimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 492/95 DA COMISSÃO
de 3 de Março de 1995
que fixa as taxas de conversão agrícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 3º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 158/95 da Comissão, de 31 de Janeiro de 1995, que estabelece medidas transitórias relativas à supressão do factor de correcção aplicável às taxas de conversão utilizadas no sector agrícola⁽³⁾ e, nomeadamente, o nº 2 do seu artigo 2º,

Considerando que as taxas de conversão agrícolas foram fixadas pelo Regulamento (CE) nº 382/95 da Comissão⁽⁴⁾;

Considerando que o artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 3813/92 prevê que, sob reserva do desencadeamento de períodos de confirmação, a taxa de conversão agrícola de uma moeda seja alterada sempre que o desvio monetário relativamente à taxa representativa de mercado exceder determinados níveis;

Considerando que o desvio monetário positivo verificado para o franco belga durante o período de referência de 24 de Fevereiro a 5 de Março de 1995 é superior a 5 pontos; que a aplicação dos nºs 1, 2 e 3 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 3813/92 conduziria a uma baixa sensível da taxa de conversão agrícola para a moeda em questão; que, em consequência, o nº 5 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 3813/92 é aplicável em relação ao franco belga;

Considerando que as taxas representativas de mercado são determinadas em função dos períodos de referência ou, se for caso disso, dos períodos de confirmação, estabelecidos em conformidade com o artigo 2º do Regulamento (CEE) nº 1068/93 da Comissão, de 30 de Abril de 1993, que estabelece regras para a determinação e aplicação das taxas de conversão no sector agrícola⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 157/95⁽⁶⁾; que o nº 2 artigo 2º prevê que, no caso de o valor absoluto da diferença entre os desvios monetários de dois Esta-

dos-membros, calculados em função da média das taxas do ecu de três dias de cotação consecutivos, exceder seis pontos, as taxas representativas de mercado das moedas em causa ajustadas com base nos três dias em questão;

Considerando que, devido às taxas de câmbio verificadas no decurso do período de referência de 24 de Fevereiro a 5 de Março de 1995, é necessário fixar uma nova taxa de conversão agrícola para a lira italiana, a dracma grega, a peseta espanhola, a coroa sueca e a libra esterlina;

Considerando que o nº 2 do artigo 15º do Regulamento (CEE) nº 1068/93 prevê que a taxa de conversão agrícola fixada antecipadamente seja ajustada no caso de o seu desvio em relação à taxa de conversão agrícola em vigor no momento do facto gerador aplicável ao montante em causa exceder quatro pontos; que, neste caso, a taxa de conversão agrícola fixada antecipadamente será aproximada da taxa em vigor até ao nível correspondente a um desvio de quatro pontos; que é conveniente especificar a taxa pela qual é substituída a taxa de conversão agrícola fixada antecipadamente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As taxas de conversão agrícolas são fixadas no anexo I.

Artigo 2º

1. No caso referido no nº 3 do artigo 15º do Regulamento (CEE) nº 1068/93, a taxa de conversão agrícola fixada antecipadamente é substituída pela taxa do ecu relativa à moeda em causa que consta do anexo II:

— no quadro A, se esta última taxa for superior à taxa fixada antecipadamente,

ou

— no quadro B, se esta última taxa for inferior à taxa fixada antecipadamente.

2. Todavia, no caso de taxas de conversão agrícolas fixadas antecipadamente antes de 1 de Fevereiro de 1995, as taxas do ecu que constam do anexo II são substituídas pelas que constam do anexo III.

Artigo 3º

É revogado o Regulamento (CE) nº 382/95.

Artigo 4º

O presente regulamento entra em vigor em 6 de Março de 1995.

⁽¹⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 24 de 1. 2. 1995, p. 4.

⁽⁴⁾ JO nº L 42 de 24. 2. 1995, p. 23.

⁽⁵⁾ JO nº L 108 de 1. 5. 1993, p. 106.

⁽⁶⁾ JO nº L 24 de 1. 2. 1995, p. 1.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

ANEXO I

Taxas de conversão agrícolas

1 ecu =	40,8337	francos belgas e francos luxemburgueses
	7,74166	coroas dinamarquesas
	1,94962	marcos alemães
	298,323	dracmas gregas
	198,202	escudos portugueses
	6,61023	francos franceses
	5,88000	marcos finlandeses
	2,19672	florins neerlandeses
	0,809785	libra irlandesa
	2 122,73	liras italianas
	13,7190	xelins austríacos
	164,774	pesetas espanholas
	9,40716	coroas suecas
	0,807419	libra esterlina

ANEXO II

Taxas de conversão agrícolas fixadas antecipadamente e ajustadas

Quadro A			Quadro B		
1 ecu =	39,2632	francos belgas e francos luxemburgueses	1 ecu =	42,5351	francos belgas e francos luxemburgueses
	7,44390	coroas dinamarquesas		8,06423	coroas dinamarquesas
	1,87463	marcos alemães		2,03085	marcos alemães
	286,849	dracmas gregas		310,753	dracmas gregas
	190,579	escudos portugueses		206,460	escudos portugueses
	6,35599	francos franceses		6,88566	francos franceses
	5,65385	marcos finlandeses		6,12500	marcos finlandeses
	2,11223	florins neerlandeses		2,28825	florins neerlandeses
	0,778639	libra irlandesa		0,843526	libra irlandesa
	2 041,09	liras italianas		2 211,18	liras italianas
	13,1913	xelins austríacos		14,2906	xelins austríacos
	158,437	pesetas espanholas		171,640	pesetas espanholas
	9,04535	coroas suecas		9,79913	coroas suecas
	0,776364	libra esterlina		0,841061	libra esterlina

ANEXO III

Taxas de conversão agrícolas fixadas antecipadamente e ajustadas em caso de fixação antecipada antes de 1 de Fevereiro de 1995

Quadro A			Quadro B		
1 ecu =	47,4107	francos belgas e francos luxemburgueses	1 ecu =	51,3615	francos belgas e francos luxemburgueses
	8,98858	coroas dinamarquesas		9,73763	coroas dinamarquesas
	2,26363	marcos alemães		2,45227	marcos alemães
	346,373	dracmas gregas		375,237	dracmas gregas
	230,126	escudos portugueses		249,302	escudos portugueses
	7,67492	francos franceses		8,31450	francos franceses
	6,82707	marcos finlandeses		7,39599	marcos finlandeses
	2,55054	florins neerlandeses		2,76308	florins neerlandeses
	0,940214	libra irlandesa		1,01857	libra irlandesa
	2 464,63	liras italianas		2 670,02	liras italianas
	15,9286	xelins austríacos		17,2560	xelins austríacos
	191,314	pesetas espanholas		207,257	pesetas espanholas
	10,9223	coroas suecas		11,8325	coroas suecas
	0,937467	libra esterlina		1,01559	libra esterlina

REGULAMENTO (CE) Nº 493/95 DA COMISSÃO
de 3 de Março de 1995

**que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço
de entrada de certos frutos e produtos hortícolas**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas⁽¹⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 4º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95⁽³⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do « Uruguay Round », os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo ;

Considerando que, em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo ;

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Considerando que é conveniente aplicar a derrogação prevista no segundo parágrafo do artigo 1º do Regulamento (CE) nº 3311/94 do Conselho, de 20 de Dezembro de 1994, que prorroga por um mês as disposições do regime agrimonetário em vigor em 31 de Dezembro de 1994 e determina as taxas de conversão agrícolas dos novos Estados-membros⁽⁴⁾,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 4 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 66.

⁽²⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 350 de 31. 12. 1994, p. 1.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 3 de Março de 1995, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(ECU/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 15	204	65,0
	212	82,0
	624	97,3
	999	81,4
0707 00 15	052	100,7
	053	166,9
	068	85,3
	204	50,3
	624	207,3
	999	122,1
0709 90 73	052	97,9
	204	128,1
	624	196,3
	999	140,8

(¹) Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 3079/94 da Comissão (JO n.º L 325 de 17. 12. 1994, p. 17). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) Nº 494/95 DA COMISSÃO
de 3 de Março de 1995
que fixa o montante da ajuda relativa ao algodão

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Acto de Adesão da Grécia e, nomeadamente, os nºs 3 e 10 do Protocolo nº 4, relativo ao algodão, alterado pelo Acto de Adesão de Espanha e de Portugal e, nomeadamente, o Protocolo nº 14 anexo a esse Acto e o Regulamento (CEE) nº 4006/87 da Comissão ⁽¹⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2169/81 do Conselho, de 27 de Julho de 1981, que fixa as regras gerais do regime de ajuda ao algodão ⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 1554/93 ⁽³⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do artigo 5º,

Considerando que o montante da ajuda referida no nº 1 do artigo 5º do Regulamento (CEE) nº 2169/81 foi fixado pelo Regulamento (CE) nº 195/95 da Comissão ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 472/95 ⁽⁵⁾;

Considerando que a aplicação dos regulamentos e modalidades retomados no Regulamento (CE) nº 195/95 aos dados de que a Comissão dispõe actualmente leva a que se altere o montante da ajuda actualmente vigente, como se indica no artigo 1º do presente regulamento,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

O montante da ajuda relativa ao algodão com semente, referida no artigo 5º do Regulamento (CEE) nº 2169/81, é fixado em 47,424 ecus por 100 quilogramas.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 4 de Março de 1995.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 377 de 31. 12. 1987, p. 49.

⁽²⁾ JO nº L 211 de 31. 7. 1981, p. 2.

⁽³⁾ JO nº L 154 de 25. 6. 1993, p. 23.

⁽⁴⁾ JO nº L 24 de 1. 2. 1995, p. 109.

⁽⁵⁾ JO nº L 48 de 3. 3. 1995, p. 11.

REGULAMENTO (CE) Nº 495/95 DA COMISSÃO**de 3 de Março de 1995****que fixa os direitos niveladores à importação em relação ao açúcar branco e ao açúcar em bruto**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1785/81 do Conselho, de 30 de Junho de 1981, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 283/95 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 8 do seu artigo 16º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 5º,

Considerando que os direitos niveladores aplicáveis à importação de açúcar branco e de açúcar em bruto foram fixados pelo Regulamento (CE) nº 1957/94 da Comissão ⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 471/95 ⁽⁶⁾;

Considerando que a aplicação das regras e modalidades constantes do Regulamento (CE) nº 1957/94 aos dados de que a Comissão tem conhecimento implica a alteração

dos direitos niveladores actualmente em vigor, em conformidade com o anexo do presente regulamento;

Considerando que, para permitir o funcionamento normal do regime dos direitos niveladores, é conveniente adoptar para o cálculo destes últimos a taxa representativa do mercado, verificada no decurso do período de referência de 2 de Março de 1995 no que respeita às moedas flutuantes,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os direitos niveladores à importação referidos no nº 1 do artigo 16º do Regulamento (CEE) nº 1785/81 são, em relação ao açúcar em bruto da qualidade-tipo e ao açúcar branco, fixados no anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 4 de Março de 1995.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 177 de 1. 7. 1981, p. 4.

⁽²⁾ JO nº L 34 de 14. 2. 1995, p. 3.

⁽³⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

⁽⁵⁾ JO nº L 198 de 30. 7. 1994, p. 88.

⁽⁶⁾ JO nº L 48 de 3. 3. 1995, p. 9.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 3 de Março de 1995, que fixa os direitos niveladores à importação em relação ao açúcar branco e ao açúcar em bruto

(Em ECU/100 kg)

Código NC	Montante do direito nivelador ⁽¹⁾
1701 11 10	36,89 ⁽¹⁾
1701 11 90	36,89 ⁽¹⁾
1701 12 10	36,89 ⁽¹⁾
1701 12 90	36,89 ⁽¹⁾
1701 91 00	45,24
1701 99 10	45,24
1701 99 90	45,24 ⁽²⁾

⁽¹⁾ O montante do direito nivelador aplicável será calculado em conformidade com as disposições do artigo 2º ou 3º do Regulamento (CEE) nº 837/68 da Comissão (JO nº L 151 de 30. 6. 1968, p. 42), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 1428/78 (JO nº L 171 de 28. 6. 1978, p. 34).

⁽²⁾ Nos termos do nº 2 do artigo 16º do Regulamento (CEE) nº 1785/81, o presente montante é igualmente aplicável ao açúcar obtido a partir do açúcar branco e do açúcar em bruto, adicionado de substâncias que não aromatizantes ou corantes.

⁽³⁾ Em conformidade com o nº 1 do artigo 101º da Decisão 91/482/CEE, não são aplicados direitos niveladores aos produtos originários dos PTU.

REGULAMENTO (CE) Nº 496/95 DA COMISSÃO**de 3 de Março de 1995****que altera o montante de base do direito nivelador à importação para os xaropes e alguns outros produtos do sector do açúcar**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1785/81 do Conselho, de 30 de Junho de 1981, que estabelece a organização comum dos mercados no sector do açúcar ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 283/95 ⁽²⁾ e, nomeadamente, o nº 8 do seu artigo 16º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 5º,

Considerando que os direitos niveladores à importação para os xaropes e alguns outros produtos do sector do açúcar, foram fixados pelo Regulamento (CE) nº 425/95 da Comissão ⁽⁵⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 462/95 ⁽⁶⁾;

Considerando que a aplicação das modalidades estabelecidas no Regulamento (CE) nº 425/95 aos dados de que a Comissão tem conhecimento leva a alterar o montante de base do direito nivelador para os xaropes e alguns outros

produtos do sector do açúcar actualmente em vigor em conformidade com o regulamento;

Considerando que, para permitir o funcionamento normal do regime dos direitos niveladores, é conveniente adoptar para o cálculo destes últimos, a taxa representativa do mercado, verificada no decurso do período de referência de 2 de Março de 1995 no que respeita às moedas flutuantes,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

Os montantes de base do direito nivelador aplicável na importação dos produtos referidos no nº 1, alínea d), do artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 1785/81, fixado no anexo do Regulamento (CE) nº 425/95 alterado, são modificados de acordo com os montantes referidos no anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 4 de Março de 1995.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 3 de Março de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 177 de 1. 7. 1981, p. 4.

⁽²⁾ JO nº L 34 de 14. 2. 1995, p. 3.

⁽³⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

⁽⁵⁾ JO nº L 45 de 1. 3. 1995, p. 3.

⁽⁶⁾ JO nº L 47 de 2. 3. 1995, p. 9.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 3 de Março de 1995, que altera o montante de base do direito nivelador à importação para os xaropes e alguns outros produtos do sector do açúcar

(Em ecus)

Código NC	Montante de base para 1 % de teor em sacarose e para 100 kg líquidos do produto em causa ⁽¹⁾	Montante do direito nivelador para 100 kg de matéria seca ⁽¹⁾
1702 20 10	0,4524	—
1702 20 90	0,4524	—
1702 30 10	—	55,20
1702 40 10	—	55,20
1702 60 10	—	55,20
1702 60 90 10 ⁽²⁾	—	104,88
1702 60 90 90 ⁽³⁾	0,4524	—
1702 90 30	—	55,20
1702 90 60	0,4524	—
1702 90 71	0,4524	—
1702 90 80	—	104,88
1702 90 99	0,4524	—
2106 90 30	—	55,20
2106 90 59	0,4524	—

⁽¹⁾ Em conformidade com o nº 1 do artigo 101º da Decisão 91/482/CBE, não são aplicados direitos niveladores aos produtos originários dos PTU.

⁽²⁾ Código Taric : xarope de inulina. Para efeitos de classificação nesta subposição, considera-se « xarope de inulina » o produto obtido imediatamente após a hidrólise de inulina ou de oligofrutoses.

⁽³⁾ Código Taric : código NC 1702 60 90, outros que não o xarope de inulina.

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

de 17 de Fevereiro de 1995

respeitante a certificados de importação em relação aos produtos do sector da carne de bovino originários do Botsuana, do Quênia, de Madagáscar, da Suazilândia, do Zimbabwe e da Namíbia

(95/36/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 715/90 do Conselho, de 5 de Março de 1990, relativo ao regime aplicável a produtos agrícolas e determinadas mercadorias resultantes da transformação de produtos agrícolas originários dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico ou dos países e territórios do ultramar⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 235/94⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 27º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2377/80 da Comissão, de 4 de Setembro de 1980, relativo a modalidades especiais de aplicação do regime dos certificados de importação e de exportação no sector da carne de bovino⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1084/94⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 6, alínea b), subalínea i), do seu artigo 15º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 715/90 prevê a possibilidade de emitir certificados de importação em relação aos produtos do sector da carne de bovino; que, todavia, as importações devem realizar-se nos limites das quantidades previstas para cada um destes países terceiros exportadores;

Considerando que os pedidos de certificados apresentados de 1 a 10 de Fevereiro de 1995, expressos em carne desos-

sada nos termos do nº 1, alínea b), do artigo 15º do Regulamento (CEE) nº 2377/80, no que se refere aos produtos originários do Botsuana, do Quênia, de Madagáscar, da Suazilândia, do Zimbabwe e da Namíbia não são superiores às quantidades disponíveis para estes Estados; que, por isso, é possível emitir certificados de importação para as quantidades pedidas;

Considerando que é conveniente proceder à fixação das restantes quantidades em relação às quais podem ser pedidos certificados, a partir de 1 de Março de 1995, no âmbito da quantidade total de 52 100 toneladas;

Considerando que parece útil recordar que esta decisão não prejudica a Directiva 72/462/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1972, relativa a problemas sanitários e de polícia sanitária na importação de animais das espécies bovina e suína e de carnes frescas provenientes de países terceiros⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1º

Os seguintes Estados-membros emitem, em 21 de Fevereiro de 1995, certificados de importação respeitantes aos produtos do sector da carne de bovino, expressos em carne desossada, originários de determinados Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, em relação às quantidades e aos países de origem a seguir indicados:

(1) JO nº L 84 de 30. 3. 1990, p. 85.

(2) JO nº L 30 de 3. 2. 1994, p. 12.

(3) JO nº L 241 de 13. 9. 1980, p. 5.

(4) JO nº L 120 de 11. 5. 1994, p. 30.

(5) JO nº L 302 de 31. 12. 1972, p. 28.

Alemanha :

- 50,00 toneladas originárias do Botsuana,
- 306,50 toneladas originárias de Madagáscar ;

Países Baixos :

- 152,60 toneladas originárias de Madagáscar ;

Reino Unido :

- 4,00 toneladas originárias da Suazilândia,
- 395,00 toneladas originárias da Namíbia.

Artigo 2º

Os pedidos de certificados podem ser depositados nos termos do nº 6, alínea b), subalínea ii), do artigo 15º do Regulamento (CEE) nº 2377/80 no decurso dos dez primeiros dias do mês de Março de 1995, em relação às seguintes quantidades de carne de bovino desossada :

- Botsuana 18 626,00 toneladas,
- Quénia 142,00 toneladas,

- Madagáscar 6 885,00 toneladas,
- Suazilândia 3 359,00 toneladas,
- Zimbabwe 9 100,00 toneladas,
- Namíbia 12 305,00 toneladas.

Artigo 3º

Os Estados-membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 17 de Fevereiro de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

DECISÃO DA COMISSÃO

de 17 de Fevereiro de 1995

que estabelece, para a Áustria e a Finlândia, para o período de 1995/1999, a lista das zonas rurais respeitantes ao objectivo nº 5 b) tal como definido pelo Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(95/37/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 2052/88 do Conselho, de 24 de Junho de 1988, relativo às missões dos Fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3193/94⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 11ºA,

Considerando que, no termos do nº 3 do artigo 11ºA do Regulamento (CEE) nº 2052/88, os novos Estados-membros em causa propuseram à Comissão a lista das zonas que consideram dever beneficiar da acção a título do objectivo nº 5 b) e lhe comunicaram igualmente todas as informações úteis a esse respeito;

Considerando que as zonas que podem ser abrangidas por uma intervenção da Comunidade a título do objectivo nº 5 b) devem corresponder aos critérios previstos pelo artigo 11ºA do Regulamento (CEE) nº 2052/88;

Considerando que a Comissão e as Repúblicas da Áustria e da Finlândia velam por assegurar uma concentração efectiva das intervenções nas zonas afectadas pelos problemas de desenvolvimento rural mais graves;

Considerando que as zonas enumeradas no anexo da presente decisão correspondem aos critérios de selecção

do artigo 11ºA do Regulamento (CEE) nº 2052/88, e que foram identificadas como zonas que sofrem dos mais graves problemas de desenvolvimento rural;

Considerando que as medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité das estruturas agrícolas e do desenvolvimento rural,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1º

Para o período de 1995/1999, na Áustria e na Finlândia, as zonas rurais elegíveis a título do objectivo nº 5 b), tal como definido pelo Regulamento (CEE) nº 2052/88 são as regiões enumeradas em anexo.

Artigo 2º

Os Estados-membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 17 de Fevereiro de 1995.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 185 de 15. 7. 1988, p. 9.

⁽²⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 11.

ANEXO — BILAG — ANHANG — ΠΑΡΑΡΤΗΜΑ — ANNEX — ANNEXE — ALLEGATO —
BIJLAGE — ANEXO — LIITE — BILAGA

LISTA DE ZONAS ELEGIBLES PARA EL OBJETIVO Nº 5 b)

FORTEGNELSE OVER STØTTEBERETTIGEDE OMRÅDER I HENHOLD TIL MÅL Nr. 5 b)

VERZEICHNIS DER ZUR FÖRDERUNG NACH ZIEL 5b ABGEGRENZTEN GEBIETE

ΚΑΤΑΛΟΓΟΣ ΤΩΝ ΕΠΙΛΕΞΙΜΩΝ ΠΕΡΙΟΧΩΝ ΤΟΥ ΣΤΟΧΟΥ αριθ. 5b)

LIST OF AREAS ELIGIBLE UNDER OBJECTIVE 5 b

LISTE DES ZONES ÉLIGIBLES AU TITRE DE L'OBJECTIF Nº 5 b)

ELENCO DELLE AREE SELEZIONATE PER L'OBIETTIVO 5 b)

LIJST VAN DE UITGEBREIDE GEBIEDEN ONDER DOELSTELLING 5 b)

LISTA DE ÁREAS ELEGÍVEIS AO ABRIGO DO OBJECTIVO Nº 5 b)

LUETTELO 5 b TAVOITTEEN MUKAISISTA ALUEISTA

FÖRTECKNING ÖVER STÖDBERÄTTIGADE OMRÅDEN ENLIGT MÅL 5 b

CÓDIGOS EMPLEADOS / TEGNFORKLARING / ZEICHENERKLÄRUNG / ΕΠΙΓΡΑΦΗ / LEGEND /
LÉGENDE / LEGENDA / VERKLARING VAN DE AFKORTINGEN / LEGENDA / KOODI / TEXT

A	AUSTRIA / ØSTRIG / ÖSTERREICH / ΑΥΣΤΡΙΑ / AUSTRIA / AUTRICHE / AUSTRIA / OOSTENRIJK / ÁUSTRIA / ITÁVALTA / ÖSTERRIKE
FIN	FINLANDIA / FINLAND / FINNLAND / ΦΙΝΛΑΝΔΙΑ / FINLAND / FINLANDE / FINLANDIA / FINLAND / FINLÁNDIA / SUOMI / FINLAND

- (A) — únicamente los municipios (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— kun kommunerne (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— nur die Gemeinden (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— μόνον οι δήμοι/κοινότητες (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— only the communes (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— seules les communes (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— limitatamente ai comuni (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— enkel de gemeenten (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— apenas os municípios (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— vain seuraavat kunnat (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— endast kommunerna (cantons, comarcas, wards, districts, parishes, frazioni)
— excluyendo la zona urbana
— undtagen byområderne
— ohne die Wohngebiete
— εξαριουμένων των αστικών περιοχών
— excluding the urban area
— sauf la zone urbaine
— ad esclusione della zona urbana
— behalve de stedelijke zone
— excluindo a zona urbana
— vain kunnat ilman taajama-aluetta
— utom tätorter

A (ÖSTERREICH)

OSTÖSTERREICH

Land	NIEDERÖSTERREICH	
Kreis	MOSTVIERTEL-EISENWURZEN	(A) nur die Gemeinden :
	Waldhofen an der Ybbs	
	Amstetten *	
	Ardagger	
	Euratsfeld	
	Ferschnitz	
	Neuhofen an der Ybbs	
	Neustadtl an der Donau	
	Oed-Oehling	
	Sankt Georgen am Ybbsfelde	
	Viehdorf	
	Wallsee-Sindelburg	
	Winklarn	
	Zeillern	
	Behamberg	
	Ennsdorf	
	Ernstshofen	
	Haag	
	Haidershofen	
	Sankt Pantaleon-Erla	
	Sankt Valentin	
	Strengberg	
	Aschbach-Markt	
	Biberbach	
	Ertl	
	Sankt Peter in der Au	
	Seitenstetten	
	Weistrach	
	Wolfsbach	
	Allhartsberg	
	Hollenstein an der Ybbs	
	Kematen an der Ybbs	
	Opponitz	
	Sankt Georgen am Reith	
	Sonntagberg	
	Ybbsitz	
	Bischofstetten	
	Hürm	
	Kilb	
	Kirnberg an der Mank	
	Mank	
	Ruprechtshofen	
	Sankt Leonhard am Forst	
	Texingtal	
	Artstetten-Pöbring	
	Dunkelsteinerwald	
	Erlauf	
	Golling an der Erlauf	
	Klein-Pöchlarn	
	Krummußbaum	
	Leiben	
	Loosdorf	
	Melk	
	Münichreith-Laimbach	
	Pöchlarn	
	Pöggstall	
	Raxendorf	
	Schönbüchel-Aggsbach	
	Schollach	
	Weiten	
	Zelking-Matzleinsdorf	
	Emmersdorf an der Donau	
	Dorfstetten	
	Hofamt Priel	
	Marbach an der Donau	
	Maria Taferl	
	Nöchling	
	Persenbeug-Gottsdorf	
	Sankt Oswald	

Yspertal
 Bergland
 Blindenmarkt
 Neumarkt an der Ybbs
 Petzenkirchen
 Sankt Martin-Karlsbach
 Ybbs an der Donau
 Gaming
 Göstling an der Ybbs
 Gresten
 Gresten-Land
 Lunz am See
 Oberndorf an der Melk
 Puchenstuben
 Purgstall an der Erlauf
 Randegg
 Reinsberg
 Sankt Anton an der Jeßnitz
 Sankt Georgen an der Leys
 Scheibbs
 Steinakirchen am Forst
 Wang
 Wieselburg
 Wieselburg-Land
 Wolfpassing

Kreis

NIEDERÖSTERREICH-SÜD

(A) nur die Gemeinden :

Kleinzell
 Ramsau
 Annaberg
 Eschenau
 Mitterbach am Erlaufsee
 Türnitz
 Aspang-Markt
 Aspangberg-Sankt Peter
 Edlitz
 Feistritz am Wechsel
 Grimmenstein
 Kirchberg am Wechsel
 Mönichkirchen
 Sankt Corona am Wechsel
 Thomasberg
 Zöbern
 Altendorf
 Enzenreith
 Grafenbach-Sankt Valentin
 Otterthal
 Priggitz
 Raach am Hochgebirge
 Schwarzau im Gebirge
 Trattenbach
 Vöstenhof
 Grünbach am Schneeberg
 Puchberg am Schneeberg
 Sankt Egyden am Steinfeld
 Scheiblingkirchen-Thernberg
 Schrattenbach
 Warth
 Willendorf
 Würflach
 Höflein an der Hohen Wand
 Bad Schönau
 Hochneukirchen-Gschaidt
 Hollenthon
 Kirchschatz in der Buckligen Welt
 Krumbach
 Lichtenegg
 Gutenstein
 Hochwolkersdorf
 Hohe Wand
 Miesenbach
 Muggendorf

	Rohr im Gebirge Bromberg Schwarzenbach Wiesmath Furth an der Triesting	
Kreis	SANKT PÖLTEN	(A) nur die Gemeinden :
	Frankenfels Grünau Kirchberg an der Pielach Loich Rabenstein an der Pielach Schwarzenbach an der Pielach	
Kreis	WALDVIERTEL	(A) nur die Gemeinden :
	Krems an der Donau * Gmünd Großdietmanns Hoheneich Waldenstein Eggern Eisgarn Haugschlag Heidenreichstein Litschau Reingers Amaliendorf-Aalfang Brand-Nagelberg Hirschbach Kirchberg am Walde Schrems Bad Großperholz Großschönau Moorbad Harbach Sankt Martin Unserfrau-Altweitra Weitra Burgschleinitz-Kühnring Eggenburg Meiseldorf Röschitz Sigmundsherberg Straning-Grafenberg Altenburg Brunn an der Wild Drosendorf-Zissersdorf Gars am Kamp Geras Horn Irnfritz Japons Langau Pernegg Röhrenbach Rosenburg-Mold Sankt Bernhard-Frauenhofen Weitersfeld Gföhl Jaidhof Krumau am Kamp Lichtenau im Waldviertel Rastefeld Sankt Leonhard am Hornerwald Albrechtsberg an der Großen Krems Bergern im Dunkelsteinerwald Dürnstein Furth bei Göttweig Gedersdorf Mautern an der Donau Paudorf Rohrendorf bei Krems Rossatz Senftenberg Stratzing-Droß Weinzierl am Walde	

Weißenkirchen in der Wachau
 Etsdorf-Haitzendorf
 Hadersdorf-Kammern
 Langenlois
 Lengenfeld
 Straß im Straßertale
 Schönberg am Kamp
 Aggsbach
 Maria Laach am Jauerling
 Mühldorf
 Spitz
 Dietmanns
 Groß-Siegharts
 Karlstein an der Thaya
 Ludweis-Aigen
 Raabs an der Thaya
 Dobersberg
 Gastern
 Kautzen
 Pfaffenschlag bei Waidhofen a/d Thay
 Thaya
 Vitis
 Waidhofen an der Thaya
 Waidhofen a. d. Thaya-Land
 Waldkirchen an der Thaya
 Windigsteig
 Allentsteig
 Echsenbach
 Göpfritz an der Wild
 Pölla
 Schwarzenau
 Arbesbach
 Groß-Gerungs
 Langschlag
 Altmelon
 Rappottenstein
 Bärnkopf
 Grafenschlag
 Gutenbrunn
 Kirchsschlag
 Kottes-Purk
 Martinsberg
 Ottenschlag
 Sallingberg
 Schönbach
 Traunstein
 Großgöttfritz
 Schweiggers
 Waldhausen
 Zwettl-Niederösterreich

Kreis

WEINVIERTEL

SÜDÖSTERREICH

Land

KÄRNTEN

Kreis

KLAGENFURTH-VILLACH

(A) nur die Gemeinden :

Feistritz im Rosental
 Ferlach
 Sankt Margareten im Rosental
 Zell
 Afritz
 Arnoldstein
 Arriach

Bad Bleiberg
 Feistritz an der Gail
 Feld am See
 Fresach
 Hohenthurn
 Nötsch im Gailtal
 Stockenboi

Kreis

OBERKÄRNTEN

Kreis

UNTERKÄRNTEN

Land

STEIERMARK

Kreis

LIEZEN

(A) nur die Gemeinden :

Altaussee
 Bad Aussee
 Grundlsee
 Bad Mitterndorf
 Pichl-Kainisch
 Gröbming
 Großsölk
 Kleinsölk
 Michaelerberg
 Mitterberg
 Öblarn
 Pruggern
 Sankt Martin am Grimming
 Sankt Nikolai im Sölkta
 Aigen im Ennstal
 Donnersbach
 Donnersbachwald
 Irnding
 Niederöblam
 Pürgg-Trautenfels
 Stainach
 Jauplitz
 Wöhrschach
 Aich
 Gössenberg
 Haus
 Pichl-Preunegg
 Ramsau am Dachstein
 Rohrmoos-Untertal
 Schladming

Kreis

OSTSTEIERMARK

Kreis

WEST- u. SÜDSTEIERMARK

(A) nur die Gemeinden :

Deutschlandsberg
 Frauental an der Laßnitz
 Freiland bei Deutschlandsberg
 Garanas
 Gressenberg
 Groß Sankt Florian
 Holleneegg
 Kloster
 Osterwitz
 Preding
 Sankt Martin im Sulmtal
 Sankt Peter im Sulmtal
 Schwanberg
 Trahütten
 Unterbergla
 Wettmannstätten
 Aibl

Eibiswald
Großradl
Libmerg bei Wies
Pitschgau
Pöfing-Brunn
Sankt Oswald ob Eibiswald
Soboth
Sulmeck-Greith
Wernersdorf
Wielfresen
Wies
Bad Gams
Georgsberg
Greisdorf
Gundersdorf
Lannach
Marhof
Rassach
Sankt Josef (Weststeiermark)
Sankt Stefan ob Stainz
Stainz
Stainztal
Stallhof
Arnfels
Berghausen
Ehrenhausen
Eichberg-Trautenburg
Gabersdorf
Gamlitz
Glanz
Gleinstätten
Gralla
Großklein
Heimschuh
Kaindorf an der Sulm
Kitzeck im Sausal
Lang
Leibnitz
Leutschach
Oberhaag
Obervogau
Pistorf
Ratsch an der Weinstraße
Retznei
Sankt Andrä-Höch
Sankt Johann im Saggautal
Sankt Nikolai im Sausal
Sankt Nikolai ob Draßling
Sankt Veit am Vogau
Schloßberg
Seggauberg
Spielfeld
Straß in Steiermark
Sulztal an der Weinstraße
Tillmitsch
Vogau
Wagna
Allerheiligen bei Wildon
Breitenfeld am Tannenriegel
Empersdorf
Hainsdorf im Schwarzautal
Heiligenkreuz am Waasen
Hengsberg
Lebring-Sankt Margarethen
Ragnitz

Sankt Georgen an der Stiefing
 Sankt Ulrich am Waasen
 Stocking
 Weitendorf
 Wildon
 Wolfsberg im Schwarzautal

Kreis

WESTLICHE OBERSTEIERMARK

(A) nur die Gemeinden :

Falkendorf
 Frojach-Katsch
 Krakaudorf
 Krakauhintermühlen
 Krakauschatten
 Laßnitz bei Murau
 Murau
 Predlitz-Turrach
 Ranten
 Rinegg
 Sankt Georgen ob Murau
 Sankt Ruprecht ob Murau
 Schöder
 Stadl an der Mur
 Stolzalpe
 Triebendorf
 Dürnstein in der Steiermark
 Kulm am Zirbitz
 Mariahof
 Mühlen
 Neumarkt in Steiermark
 Perchau am Sattel
 Sankt Blasen
 Sankt Lambrecht
 Sankt Lorenzen bei Scheifling
 Sankt Marein bei Neumarkt
 Scheifling
 Teufenbach
 Zeutschach
 Niederwölz
 Oberwölz Stadt
 Oberwölz Umgebung
 Sankt Peter am Kammersberg
 Schönberg-Lachtal
 Winklern bei Oberwölz

WESTÖSTERREICH

Land

OBERÖSTERREICH

Kreis

INNVIERTTEL

(A) nur die Gemeinden :

Braunau am Inn
 Gilgenberg am Weilhart
 Handenberg
 Mining
 Neukirchen an der Enknach
 Sankt Georgen am Fillmannsbach
 Sankt Peter am Hart
 Schwand im Innkreis
 Überackern
 Auerbach
 Feldkirchen bei Mattighofen
 Jeging
 Kirchberg bei Mattighofen
 Lengau
 Lochen
 Maria Schmolln
 Mattinghofen
 Munderfing
 Palting
 Perwang am Grabensee

Pfaffstätt
Pischelsdorf am Engelbach
Sankt Johann am Walde
Schalchen
Weng im Innkreis
Altheim
Aspach
Burgkirchen
Helpfau-Uttendorf
Hönnhart
Mauerkirchen
Moosbach
Polling im Innkreis
Roßbach
Sankt Veit im Innkreis
Treubach
Tarsdorf
Eggelsberg
Franking
Geretsberg
Haigermoos
Hochburg-Ach
Moosdorf
Ostermiething
Sankt Pantaleon
Sankt Radegund
Aistersheim
Gaspoltshofen
Geboltskirchen
Haag am Hausruck
Pram
Rottenbach
Weibern
Wendling
Bruck-Waasen
Eschenau im Hausruckkreis
Helligenberg
Kallham
Natterbach
Neukirchen am Walde
Peuerbach
Sankt Agatha
Steege
Walzenkirchen
Antiesenhofen
Geinberg
Gurten
Kirchdorf am Inn
Lambrecht
Mörschwang
Mühlheim am Inn
Obernberg am Inn
Ort im Innkreis
Reichersberg
Sankt Georgen bei Obernberg am Inn
Sankt Martin im Innkreis
Senftenbach
Utzenaich
Weilbach
Andrichsfurt
Auroldmünster
Eberschwang
Eitzing
Geiersberg
Hohenzell

Kirchheim im Innkreis
 Lohnsburg am Kobernauserwald
 Mehrnbach
 Mettmach
 Neuhofen im Innkreis
 Pattigham
 Peterskirchen
 Pramet
 Ried im Innkreis
 Sankt Marienkirchen am Hausruck
 Schildorn
 Taiskirchen im Innkreis
 Tumeltsham
 Waldzell
 Wippenham
 Engelhartzell
 Esternberg
 Kopfing im Innkreis
 Sankt Aegidi
 Sankt Roman
 Vichtenstein
 Waldkirchen am Wesen
 Altschwendt
 Andorf
 Diersbach
 Dorf an der Pram
 Enzenkirchen
 Raab
 Riedau
 Sankt Willibald
 Sigharting
 Zell an der Pram
 Brunnenthal
 Eggerding
 Freinberg
 Mayrhof
 Münzkirchen
 Rainbach im Innkreis
 Sankt Florian am Inn
 Sankt Marienkirchen bei Schärding
 Schärding
 Schardenberg
 Suben
 Taufkirchen an der Pram
 Wernstein am Inn

Kreis

LINZ-WELS

(A) nur die Gemeinden:

Alberndorf in der Riedmark
 Altenberg bei Linz
 Eidenberg
 Feldkirchen an der Donau
 Goldwörth
 Gramastetten
 Hellmonsödt
 Herzogsdorf
 Kirchschlag bei Linz
 Lichtenberg
 Sankt Gotthard im Mühlkreis
 Sonnberg im Mühlkreis
 Walding

Kreis

MÜHLVIERTEL

(A) nur die Gemeinden :

Freistadt
Grünbach
Hirschbach im Mühlkreis
Kefermarkt
Lasberg
Leopoldschlag
Neumarkt im Mühlkreis
Reinbach im Mühlkreis
Sandl
Sankt Oswald bei Freistadt
Waldburg
Windhaag bei Freistadt
Gutau
Hagenberg im Mühlkreis
Pregarten
Tragwein
Unterweikersdorf
Wartberg ob der Aist
Bad Zell
Kaltenberg
Königswiesen
Liebenau
Pierbach
Sankt Leonhard bei Freistadt
Schänau im Mühlkreis
Unterweißenbach
Weikersfelden
Dimbach
Grein
Klam
Bad Kreuzen
Pabneukirchen
Sankt Georgen am Walde
Sankt Nikola an der Donau
Sankt Thomas am Blasenstein
Saxen
Waldhausen im Strudengau
Allerheiligen im Mühlkreis
Arbing
Baumgartenberg
Mitterkirchen im Machland
Münzbach
Naarn im Machlande
Perg
Rechberg
Windhaag bei Perg
Aigen im Mühlkreis
Julbach
Klaffer am Hochficht
Sankt Oswald bei Haslach
Schlägl
Schwarzenberg im Mühlkreis
Ulrichsberg
Atzesberg
Hörbich
Hofkirchen im Mühlkreis
Lembach im Mühlkreis

Niederkappel
 Oberkappel
 Pfarrkirchen im Mühlkreis
 Putzleinsdorf
 Neustift im Mühlkreis
 Altenfelden
 Auberg
 Kirchberg ob der Donau
 Kleinzell im Mühlkreis
 Neufelden
 Niederwaldkirchen
 Sankt Johann am Wimberg
 Sankt Martin im Mühlkreis
 Sankt Peter am Wimberg
 Sankt Ulrich im Mühlkreis
 Sankt Veit im Mühlkreis
 Afiesl
 Ahorn
 Amreit
 Berg bei Rohrbach
 Haslach an der Mühl
 Helfenberg
 Kollerschlag
 Lichtenau im Mühlkreis
 Nebelberg
 Öpping
 Pellstein im Mühlviertel
 Rohrbach in Oberösterreich
 Sankt Stefan am Walde
 Sarleinsbach
 Schöneegg
 Bad Leonfelden
 Haibach im Mühlkreis
 Oberneukirchen
 Ottenschlag im Mühlkreis
 Reichenau im Mühlkreis
 Reichenthal
 Schenkenfelden
 Vorderweißenbach
 Zwettl an der Rodl

Kreis

STEYR-KIRCHDORF

(A) nur die Gemeinden :

Grünburg
 Molln
 Steinbach an der Steyr
 Inzersdorf im Kremstal
 Kirchdorf an der Krems
 Klaus an der Pyhrnbahn
 Micheldorf in Oberösterreich
 Nußbach
 Oberschlierbach
 Pettenbach
 Schlierbach
 Steinbach am Ziehberg
 Edlbach
 Hinterstoder
 Rosenau am Hengstpaß
 Roßleithen
 Sankt Pankraz
 Spital am Phyrn
 Vorderstoder
 Windischgarsten
 Adlwang
 Waldneukirchen
 Gaflenz

Großraming
 Laussa
 Losenstein
 Maria Neustift
 Reichraming
 Weyer Land
 Weyer Markt

Kreis

TRAUNVIERTEL

(A) nur die Gemeinden :

Bad Goisern
 Gosau
 Hallstatt
 Obertraun
 Attersee
 Berg im Attergau
 Fornach
 Frankenburg am Hausruck
 Frankenmarkt
 Nußdorf am Attersee
 Pfaffing
 Pöndorf
 Redleiten
 Sankt Georgen im Attergau
 Straß im Attergau
 Vöcklamarkt
 Weißenkirchen im Attergau
 Innerschwand
 Mondsee
 Oberhofen am Irrsee
 Oberwang
 Sankt Lorenz
 Tiefgraben
 Unterach am Attersee
 Zell am Moos

Land

SALZBURG

Kreis

LUNGAU

Kreis

PINZGAU-PONGAU

(A) nur die Gemeinden :

Forstau
 Hüttau
 Sankt Martin am Tennengebirge
 Untertauern
 Goldegg
 Großarl
 Hüttschlag
 Kleinarl
 Sankt Veit im Pongau
 Schwarzach im Pongau
 Mühlbach am Hochkönig
 Pfarrwerfen
 Werfen
 Werfenweng
 Bramberg am Wildkogel
 Hollersbach im Pinzgau
 Krimml
 Mittersill
 Neukirchen am Großvenediger
 Niedersill
 Stuhlfelden
 Uttendorf
 Wald im Pinzgau
 Lofer
 Sankt Martin bei Lofer
 Unken
 Weißbach bei Lofer

Dienten am Hochkönig
Lend
Rauris
Taxenbach
Fusch an der Großglocknerstraße

Kreis SALZBURG u. UMGEBUNG (A) nur die Gemeinden :
Abtenau
Annaberg im Lammertal
Rußbach am Paß Gschütt

Land TIROL

Kreis AUSSERFERN (A) nur die Gemeinden :
Bach
Berwang
Biberwier
Bichlbach
Ehenbichl
Ehrwald
Elbigenalp
Elmen
Forchach
Grän
Gramais
Häselgehr
Heiterwang
Hinterhornbach
Höfen
Holzgau
Jungholz
Kaisers
Lechaschau
Lermoos
Musau
Namlos
Nesselwängle
Pfafflar
Pflach
Pinswang
Schattwald
Stanzach
Steeg
Tannheim
Vils
Vorderhornbach
Wängle
Weißenbach am Lech
Zöblen

Kreis INNSBRUCK (A) nur die Gemeinden :
Gries am Brenner
Gries im Sellrain
Gschnitz
Matrei am Brenner
Mühlbachl
Navis
Obernberg am Brenner
Pfons
Sankt Sigmund im Sellrain
Schmirn
Sellrain
Steinach am Brenner
Trins
Vals
Wildermieming

Kreis	OSTTIROL	(A) nur die Gemeinden :
	Abfaltersbach	
	Ainet	
	Amlach	
	Anras	
	Assling	
	Außervillgraten	
	Dölsach	
	Gaimberg	
	Innervillgraten	
	Iselsberg-Stronach	
	Kartitsch	
	Lavant	
	Leisach	
	Lienz	
	Nikolsdorf	
	Nußdorf-Debant	
	Oberlienz	
	Obertilliach	
	Sankt Johann im Walde	
	Schlaiten	
	Sillian	
	Strassen	
	Thurn	
	Tristach	
	Untertilliach	
	Heinfels	
	Hopfgarten in Deferegggen	
	Kals am Großglockner	
	Matrei in Osttirol	
	Prägraten	
	Sankt Jakob in Deferegggen	
	Sankt Veit in Deferegggen	
	Virgen	
Kreis	TIROLER OBERLAND	
Kreis	TIROLER UNTERLAND	(A) nur die Gemeinden :
	Fieberbrunn	
	Hochfilzen	
	Sankt Jakob in Haus	
	Sankt Ulrich am Pillersee	
	Thiersee	
	Alpbach	
	Brandenberg	
	Wildschönau	
	Steinberg am Rofan	
Land	VORARLBERG	
Kreis	BLUDENZ-BREGENZER WALD	(A) nur die Gemeinden :
	Blons	
	Dalaas	
	Fontanella	
	Innerbraz	
	Raggal	
	Sankt Gerold	
	Sonntag	
	Thüringerberg	
	Bartholomäberg	
	Silbertal	
	Andelsbuch	
	Au	
	Bezau	
	Bizau	
	Egg	

Hittisau
 Krumbach
 Langenegg
 Lingenau
 Schnepfau
 Schoppernau
 Schwarzenberg
 Sibratsgfäll

Kreis	RHEINTAL-BODENSEEGEBIET	(A) Nur die Gemeinden :
	Düns	
	Dünsberg	
	Laterns	
	Schnifis	
	Übersaxen	
	Alberschwende	
	Bildstein	
	Buch	
	Doren	
	Eichenberg	
	Hohenweiler	
	Langen bei Bregenz	
	Möggers	
	Riefensberg	
	Sulzberg	

FIN (SUOMI-FINLAND)

Maakunta	UUSIMAA	(A) vain seuraavat kunnat :
	Karjalohja	
	Nummi-Pusula	
	Sammatti	
	Artjärvi	
	Myrskylä	
	Orimattila	
	Pukkila	
	Lapinjärvi	
	Liljendal	
	Pernaja	

AHVENANMAA

Maakunta	AHVENANMAA	(A) vain seuraavat kunnat :
	Eckerö	
	Finström	
	Geta	
	Hammarland	
	Jomala	
	Lemland	
	Lumparland	
	Saltvik	
	Sund	
	Brändö	
	Föglö	
	Kumlinge	
	Kökar	
	Sottunga	
	Vårdö	

ETELÄ-SUOMI

Maakunta	VARSINAIS-SUOMI	(A) vain seuraavat kunnat :
	Dragsfjärd	
	Houtskari	
	Iniö	
	Kemiö	
	Korppoo	
	Nauvo	

Västanfjärd
 Kiikala
 Kisko
 Kuusjoki
 Perniö
 Somero
 Suomensjärvi
 Särkisalo
 Askainen
 Lemu
 Merimasku
 Rymättylä
 Sauvo
 Velkua
 Kustavi
 Taivassalo
 Alastaro
 Aura
 Karinainen
 Koski tl
 Loimaa
 Loimaan kunta
 Marttila
 Mellilä
 Oripää
 Pöytyä
 Tarvasjoki
 Yläne

Maakunta

SATAKUNTA

(A) vain seuraavat kunnat :

Huittinen
 Kokemäki
 Köyliö
 Punkalaidun
 Säkyä
 Vampula
 Honkajoki
 Jämijärvi
 Kankaanpää
 Karvia
 Lavia
 Merikarvia
 Siikainen

Maakunta

HÄME

(A) vain seuraavat kunnat :

Hauho
 Lammi
 Tuulos
 Forssa
 Humppila
 Jokioinen
 Tammela
 Ypäjä

Maakunta

PIRKANMAA

(A) vain seuraavat kunnat :

Hämeenkyrö
 Ikaalinen
 Kihniö
 Parkano
 Viljakkala
 Kuhmalahti
 Luopioinen
 Pälkäne
 Sahalahti
 Kylmäkoski
 Urjala
 Mouhijärvi

Vesilahti
Juupajoki
Längelmäki
Orivesi
Kuorevesi
Mänttä
Vilppula
Kuru
Ruovesi
Virrat
Kiikoinen
Suodenniemi
Vammala
Äetsä

Maakunta

PÄIJÄT-HÄME

(A) vain seuraavat kunnat :

Koski hl
Kärkölä
Padasjoki
Hartola
Sysmä

Maakunta

KYMENLAAKSO

(A) vain seuraavat kunnat :

Elimäki
Iitti
Jaala
Valkeala
Miehikkälä
Virolahti

Maakunta

ETELÄ-KARJALA

(A) vain seuraavat kunnat :

Luumäki
Ylämaa
Lemi
Savitaipale
Suomenniemi
Taipalsaari
Parikkala
Saari
Uukuniemi

ITÄ-SUOMI

Maakunta

POHJOIS-SAVO

(A) vain seuraavat kunnat :

Iisalmi
Keitele
Kiuruvesi
Lapinlahti
Maaninka
Pielavesi
Sonkajärvi
Varpaisjärvi
Vieremä
Vehmersalmi
Leppävirta
Varkaus
Karttula
Rautalampi
Suonenjoki
Tervo
Vesanto

VÄLI-SUOMI

Maakunta

KESKI-SUOMI

(A) vain seuraavat kunnat :

Hankasalmi
Joutsa
Leivonmäki
Luhanka

Toivakka
Keuruu
Multia
Petäjavesi
Uurainen
Jämsä
Jämsänkoski
Korpilahti
Kuhmoinen
Konnevesi
Sumiainen

Maakunta

ETELÄ-POHJANMAA

Maakunta

VAASAN RANNIKKOSEUTU

(A) vain seuraavat kunnat :

Isokyrö
Laihia
Vähäkyrö
Korsnäs
Maalahti
Maksamaa
Mustasaari
Oravainen
Vöyri
Kaskinen
Kristiinankaupunki
Närpiö
Kruunupyy
Luoto
Pedersöre
Pietarsaari
Uusikaarlepyy

POHJOIS-SUOMI

Maakunta

POHJOIS-POHJANMAA

(A) vain seuraavat kunnat :

Hailuoto
Muhos
Liminka
Lumijoki
Rantsila
Temmes
Tyrnävä
Pattijoki
Pyhäjoki
Raahе
Ruukki
Siikajoki
Vihanti
Alavieska
Kalajoki
Merijärvi
Oulainen
Sievi
Ylivieska